

Amanda Teixeira Pinho Tavares

**A CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL EM ESCOLAS PÚBLICAS
E PARTICULARES**

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2021

Amanda Teixeira Pinho Tavares

A CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL EM ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em estudos linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Linguística Teórica e Descritiva.
Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aléxia Teles Duchowny.

T231c

Tavares, Amanda Teixeira Pinho.

A concordância verbal e nominal em escolas públicas e particulares [manuscrito] / Amanda Teixeira Pinho Tavares. – 2021.
92 f., enc. : il., tabs.

Orientadora: Aléxia Teles Duchowny.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras

Bibliografia: f. 89-92.

1. Língua portuguesa – Variação – Teses. 2. Língua portuguesa – Regionalismos – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Língua portuguesa – Concordância – Teses. 4. Sociolinguística – Teses. I. Duchowny, Aléxia Teles. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

A CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL EM ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES

AMANDA TEIXEIRA PINHO TAVARES

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 30 de março de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Alexia Teles Duchowny - Orientadora

UFMG

Prof(a). Soélis Teixeira do Prado Mendes

UFOP

Prof(a). Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães

UFMG

Belo Horizonte, 30 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Soelis Teixeira do Prado Mendes, Usuário Externo**, em 31/03/2021, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexia Teles Duchowny, Professora do Magistério Superior**, em 01/04/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Mara Lima Oliveira Guimaraes, Professora do Magistério Superior**, em 03/05/2021, às 21:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_or_gao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0607380** e o código CRC **445A1E35**.

*Às pessoas que amo,
meu marido,
minha mãe
e meus avós,
meus melhores
incentivadores
e eternas inspirações.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por ser sempre inspiração de gratidão às pequenas conquistas e sempre ter apoiado todas as minhas escolhas.

Ao meu marido, por todo amor, paciência, incentivo e, principalmente, por sempre acreditar em mim e me fazer pensar que consigo ir sempre mais além, me fazendo acreditar que o futuro sempre vai ser melhor.

Aos meus avós, Graça e Aristides, por serem sempre exemplos e fontes de inspiração, na área acadêmica e em todas as outras áreas da vida.

A todos os meus familiares e amigos que me incentivaram, colaboraram e fizeram parte dessa caminhada, tornando os momentos difíceis mais leves e felizes.

Aos meus professores da Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE, por contribuírem para a continuidade da minha formação.

À minha orientadora, professora Aléxia Teles Duchowny, por todo o suporte, dedicação e contribuições para o meu trabalho.

Aos professores e amigos que gentilmente cederam todo o material para que essa pesquisa pudesse acontecer e acreditaram na sua importância.

*Odiei as palavras e as ameí,
e espero tê-las usado direito.*

Markus Zusak

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, à luz da teoria sociolinguística, a investigação do fenômeno da concordância verbal e nominal na escrita de alunos do Ensino Fundamental II, de escolas públicas e particulares, na cidade de Belo Horizonte. Assumiu-se que a variável linguística formada pela presença e ausência de concordância é condicionada por grupos de fatores linguísticos (variável posição linear e relativa do constituinte no sintagma e tipologia textual) e não linguísticos (nível de escolaridade, sexo, natureza da instituição e localidade das escolas) – observando-se a relação entre os usos da língua e os fatores linguísticos e sociais norteadores da variação –, e trabalhamos ainda com a hipótese de que a ausência de concordância é a variante mais recorrente na escrita dos alunos de escolas públicas e com nível socioeconômico mais baixo. Utilizou-se nesta análise um *corpus* constituído de 320 redações e 827 dados – variantes zero. Analisou-se esses dados quantitativamente utilizando o Rbrul considerando os seis grupos de fatores. Os resultados obtidos apontaram a relevância o tipo de instituição, pública e particular, para o uso da variante zero, favorecendo as instituições particulares no uso da variante padrão, assim como os alunos com maior índice de vulnerabilidade social apresentaram mais favorecimento à ausência de concordância padrão. Essa análise demonstra que a língua portuguesa está em mudança.

Palavras-chave: Concordância nominal; Concordância verbal; Sociolinguística; Teoria da Variação.

ABSTRACT

This study aims, in the field of sociolinguistics theory, to investigate the phenomenon of subject-verb agreement and noun agreement in writing of Fundamental II students, from public and private schools, in the city of Belo Horizonte. It was assumed that the linguistics variant formed by the presence and absence of agreement is conditioned by groups of linguistic factors (variable linear and relative position of the constituent in the syntagma and textual typology) and not linguistics (level of education, sex, nature of institution and location of schools) – observing the relationship between the uses of language and the linguistic and social factors guiding the variation –, and we still work with the hypothesis that the lack of agreement is the most recurrent variant in the writing of students from public schools and with a lower socioeconomic level. In this analysis, a corpus consisting of 320 wordings and 827 data was used – zero variant. These data were analyzed quantitatively using Rbrul considering the six groups of factors. The results obtained pointed out the relevance of the type of institution, public and private, for the use of the zero variant, favoring the private institutions in the use of the standard variant, as well as the students with a higher social vulnerability presented more favoring the absence of standard agreement. This analysis shows that the Portuguese is changing.

Keywords: Noun agreement; Subject-verb agreement; Sociolinguistics; Variation Theory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A influência dos fatores extralinguísticos na ausência de concordância	34
Tabela 2 - Concordância segundo o grau de escolaridade.....	35
Tabela 3 - Concordância conforme faixa etária e escolaridade	36
Tabela 4 - Plural em função de três variáveis sociais.....	37
Tabela 5 - Frequência de uso da concordância verbal em dois falantes.....	38
Tabela 6 - Variável Posição Linear e Relativa do constituinte no sintagma nominal – variante zero.....	75
Tabela 7 - Variável Posição Linear e Relativa do constituinte no sintagma verbal – variante zero.....	76
Tabela 8 - Variável Tipologia textual – variante zero	77
Tabela 9 - Variável Nível de escolaridade – variante zero	79
Tabela 10 - Variável Sexo – variante zero.....	80
Tabela 11 - Variável Nível de escolaridade – variante zero.....	81
Tabela 12 - Variável Localidade das escolas – variante zero.....	83
Tabela 13 - Médias de proficiência em Língua Portuguesa (8ª série EF)	88
Tabela 14 - Média de proficiência em Língua Portuguesa.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Paradigmas no português brasileiro	31
Quadro 2 - Ano escolar / Gênero.....	63
Quadro 3 - Categorização dos fatores em função da posição do sujeito	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	19
2.1 CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	19
2.2 CONCORDÂNCIA NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL	21
2.3 A REGRA DA CONCORDÂNCIA	25
2.4 DA MANDATORIEDADE DA CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	25
2.5 DESAPARECIMENTO DA CONCORDÂNCIA NA LÍNGUA FALADA	27
2.6 DESAPARECIMENTO DA CONCORDÂNCIA SOB A ÓTICA VARIACIONISTA	32
3 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA	41
3.1 ENSINO DE GRAMÁTICA NAS ESCOLAS	50
3.2 DIFERENCIAL DO DESEMPENHO NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS	53
3.3 FATOR ESCOLARIDADE	57
3.4 FATOR LOCALIDADE	58
3.5 FATOR CLASSE SOCIAL	59
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
4.1 PESQUISA VARIACIONISTA	61
4.2 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	62
4.2.1 VARIÁVEIS	63
4.2.1.2 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	64
4.2.1.3 VARIÁVEIS NÃO LINGUÍSTICAS	67
5 ANÁLISE DOS DADOS	72
5.1 PROGRAMA ESTATÍSTICO RBRUL	72
5.2 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	73
5.3 FATORES LINGUÍSTICOS	74
5.3.1 POSIÇÃO LINEAR E RELATIVA NO SINTAGMA	74

5.3.2 TIPOLOGIA TEXTUAL	77
5.4 FATORES NÃO LINGUÍSTICOS	78
5.4.1 NÍVEL DE ESCOLARIDADE	78
5.4.2 SEXO	80
5.4.3 NATUREZA DA INSTITUIÇÃO	80
5.4.4 LOCALIDADE DAS ESCOLAS	82
6 CONCLUSÕES	84
7 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO	88
REFERÊNCIAS.....	92

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas no campo da psicologia e da psicopedagogia, que tratam da interação e da aprendizagem social, mostram que a interação humana com o meio ambiente e com os demais indivíduos é única e que cada indivíduo vivencia essas interações de forma particular e complexa. A linguagem verbal exemplifica a complexidade e a capacidade de interação, diferenciando-se das demais formas de comunicação por possuir características próprias (SCHERRE et al., 2007).

Segundo Scherre et al. (2007), a linguagem verbal oral ou escrita é caracterizada pela arbitrariedade, linearidade, retificação e capacidade de reflexão consciente (metalinguagem), por ser um sistema que possibilita a comunicação cultural para o desempenho de uma função expressiva e estética, para a criatividade ou produtividade e para *feedback*.

Além dessas semelhanças entre a linguagem verbal oral e linguagem verbal escrita, segundo a pesquisadora, também existem descontinuidades entre estes dois métodos, pareados em pares, abaixo. Por exemplo, biópsia/antecedentes culturais, aprendizagem oral e verbal/aprender a escrever, coarticulação de sons/contraste entre unidades gráficas, um estado de maior inércia da escrita em comparação com mudanças mais rápidas na oralidade.

Esta pesquisa centra-se principalmente na análise de características do uso escrito da linguagem verbal em redações de alunos do Ensino Fundamental II de diferentes níveis socioculturais, considerando que os participantes desse estudo, por já terem concluído o Ensino Fundamental I, já possuem domínio da linguagem verbal, tendo desenvolvido um processo escrito de aprendizagem de sua língua.

Este estudo tem como objetivo principal analisar o emprego da concordância verbal e nominal por alunos de Ensino Fundamental II, 8º e 9º anos, de escolas públicas e particulares de Belo Horizonte, na produção escrita. Buscando identificar se existem diferenças significativas entre as produções escritas de crianças de baixo nível socioeconômico (baixo NSE), comumente alunos de escolas públicas e residentes periféricos, e crianças com alto nível socioeconômico (alto NSE), alunos de escolas particulares e residentes de regiões mais favorecidas.

A ocorrência da concordância verbal e nominal no português brasileiro é um tema muito estudado – sobretudo na modalidade falada – por vários pesquisadores, mostrando ser um fenômeno variável. Em um contexto de variação, existem variantes que se revezam, porém possuem o mesmo valor referencial. Contudo, no fenômeno da concordância de número, a variante zero – ou seja, a ausência de concordância – pode ser rotulada em determinadas variedades da língua, sendo vista como erro e indicativa de que o falante não tem domínio de sua própria língua, enquanto a variante padrão é estimada. Dessa forma, a variante zero de concordância, seja na fala ou na escrita, é um fenômeno constantemente associado ao nível escolar e socioeconômico dos falantes e pode causar preconceito linguístico.

No presente trabalho, analisa-se a concordância verbal e a concordância nominal considerando os pressupostos da sociolinguística variacionista. O objeto de estudo aqui considerado é a variável linguística constituída da presença e da ausência de concordância entre o verbo e o sujeito e entre o verbo e um nome, na língua escrita, em escolas públicas e particulares em Belo Horizonte, Minas Gerais. Justifica-se essa proposta pela ausência de pesquisas realizadas entre alunos de escolas públicas e particulares da mesma faixa etária, que apresentam variações linguísticas em sua sintaxe mesmo quando fazem parte da mesma cidade, como é o exemplo de Belo Horizonte. Essa pesquisa busca realizar a investigação de como e de por que ocorrem essas variações, especificamente a concordância verbal e nominal. Esse estudo pode oferecer pistas de como ocorre e onde se encontra a defasagem de ensino e/ou aprendizagem das regras gramaticais pelos alunos, se é devido ao contexto social em que os alunos estão inseridos ou se há outros aspectos que dificultam a equiparação gramatical dos alunos de escolas públicas e particulares, como qualificação dos professores e profissionais envolvidos no ambiente escolar.

A conjectura sobre a variante zero é fator de interesse desta pesquisa, que também pretende investigar sob a ótica variacionista a ocorrência da concordância verbal e nominal em redações escolares. Desse modo, há o intuito de responder questões ainda pouco investigadas por outros pesquisadores, como a distinção de comportamento do fenômeno, contrapondo-se escolas públicas e privadas, em relação ao apagamento da marca formal de número em sintagmas verbais e nominais. Ainda, este estudo pretende comparar o comportamento desse fenômeno também em diferentes regiões da cidade. Para isso, foram coletados dados de instituições escolares – públicas e privadas – de duas diferentes áreas de da cidade de Belo

Horizonte. Logo, este trabalho relatará o fenômeno da concordância, apresentando as variáveis condicionadoras para que a marca morfológica -s esteja presente ou ausente na escrita de estudantes inseridos em ambiente escolar.

Depois da exposição dos resultados, serão apresentadas reflexões sobre o ensino considerando o ambiente escolar, das escolas públicas e particulares, que esteve relacionado a essa pesquisa na coleta de redações para a constituição do *corpus* desse trabalho. Dessa forma, há a intenção de que a análise e as reflexões obtidas por meio deste estudo não se delimitem exclusivamente ao meio acadêmico.

Considerando que ainda há preconceito linguístico por grande parte da população, a atribuição de certo e errado para a norma culta é perceptível no ambiente escolar. Dessa forma, a preocupação com a discussão sobre o ensino, mesmo que breve, tem como propósito contribuir para a prática docente, já que esta pesquisa pode favorecer o ensino da Língua Portuguesa ao apresentar temas que valem o debate no ambiente escolar, como as variantes prestigiadas e estigmatizadas, o preconceito linguístico e a relação entre a fala e a escrita. Além disso, este estudo apresenta uma análise das regiões que as escolas selecionadas estão localizadas, mostrando a complexidade socioeconômica da cidade de Belo Horizonte, o que reverbera na heterogeneidade linguística de seus habitantes.

Nesse trabalho, serviu de base a hipótese de que a variável considerada tem seu comportamento condicionado pelos fatores linguísticos e pelos não linguísticos selecionados. Consideramos como possíveis condicionadores para ocorrência da variável concordância seis grupos de fatores, sendo dois linguísticos e quatro não linguísticos, são eles: 1 - posição linear e relativa no sintagma; 2 - tipologia textual; 3 - nível de escolaridade; 4 - sexo; 5 - natureza da instituição de ensino e 6 - localidade das escolas. Para análise, foi coletado um *corpus* constituído por 320 redações, das quais buscamos extrair os dados. Por meio da utilização do Programa Estatístico Rbrul (R Core Team, 2013), esses dados foram expostos a uma análise quantitativa.

Dessa forma, este trabalho foi organizado em seis capítulos. No capítulo 2, compediamos pesquisas sobre a concordância no português brasileiro sob a perspectiva da gramática tradicional. No capítulo 3, explicitamos os pressupostos teóricos sobre a concordância no português brasileiro, incluindo diversos estudos do fenômeno já realizados sob o ponto de vista da sociolinguística variacionista. No capítulo 4, apresentamos os procedimentos metodológicos usados para esta análise, os objetivos e as hipóteses que respaldaram essa pesquisa; assim como os grupos

de fatores levados em conta para a análise. No capítulo 5, são mostrados os resultados da análise quantitativa dos dados, evidenciando cada um dos grupos de fatores indicados como relevantes e os fatores que se mostraram importantes para a interpretação da ausência de concordância mais frequente nas instituições de ensino analisadas. Finalmente, no capítulo 6, apresentamos as conclusões a que chegamos por meio da interpretação dos resultados quantitativos, além de reflexões sobre o ensino.

2 A CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A escrita, junto com a leitura, é uma das habilidades que um indivíduo pode desenvolver para se integrar melhor à sociedade em que se encontra. A capacidade de ler e de escrever também qualifica a comunicação interpessoal e, embora a escrita seja considerada uma aprendizagem opcional, o analfabetismo caracteriza exclusão social, assim como a má escrita, aqui considerando a inabilidade de aplicar a concordância da forma padrão, também podendo acarretar maior dificuldade de ascensão social, considerando-se os empregos formais.

Porém o desenvolvimento do conhecimento é fomentado pelo processo de comunicação e interação entre as pessoas, e cada sujeito retém sua capacidade subjetiva de aprender, gerando conhecimento e habilidades.

No português brasileiro, especialmente na língua falada, há uma variação ampla da concordância verbal entre o número do verbo e o sujeito, tanto em construtos com sujeito plural com estrutura simples, em que existe um núcleo sem preposição, quanto em estruturas complexas, em que existe uma raiz plural seguida de uma preposição. Vamos analisar aqui a variabilidade da escrita oral e narrativas de alunos em diferentes níveis socioculturais.

2.1 CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

Para Bechara (2009), concordância significa adaptar as palavras determinantes ao tipo, número e pessoa de palavras específicas em uma frase. Ao utilizar gramática normativa, é necessário seguir as regras do modelo, ou seja, ao redigir o texto em ambiente formal, seja ele acadêmico ou profissional, deve-se realizar a escrita conforme a variante urbana de mais prestígio.

Segundo Cunha e Cintra (1985), a variabilidade do verbo deve corresponder ao número e à pessoa do sujeito e, portanto, quando o verbo muda, o sujeito, que é parte integrante da frase, deve concordar com ele, evitando que o sujeito se repita, servindo como elemento de consistência.

De acordo com a definição do dicionário linguístico de Bechara (2009), a concordância é um princípio linguístico válido em muitas línguas, em que determinante e determinação são apropriados para categorias e regras gramaticais.

A concordância, seja verbal ou nominal, ocorre quando um adjetivo difere em gênero e número dependendo do substantivo ao qual se relaciona (concordância nominal) e um verbo que difere em número e pessoa de acordo com seu sujeito (concordância verbal).

No entanto, existem casos especiais que se aplicam a dúvidas. Ressalta-se que a concordância advém do verbo concordar, ou seja, concordância está entre os termos.

A questão da concordância verbal diz respeito ao verbo em relação ao sujeito: o primeiro deve concordar numericamente (singular ou plural) e a pessoa (1^a, 2^a, 3^a), com o segundo. Olhando para as definições dadas para o fenômeno de concordância, parece bastante simples.

Consiste a concordância em dar a certas palavras flexionáveis as formas de gênero, número ou pessoa correspondentes à palavra a que no discurso se referem. É a prática decorrente da própria flexiologia. Desde que de um vocábulo se oferecem várias formas à escolha, e o dito vocábulo vem determinar, esclarecer ou informar alguma coisa a respeito de outro, escolheremos naturalmente aquela forma que se harmonizar com estoutro termo (ALI, 2001, p. 205)

Porém constatou-se que isso não é algo tão regular e que existem muitas diferenças, principalmente na linguagem verbal oral. Há vários anos, os linguistas vêm realizando estudos sobre a variabilidade da concordância verbal, estudos motivados por diversos problemas, mas que compartilham uma ideia comum: a realidade linguística brasileira é variável e heterogênea, assim como plural, considerando que, no Brasil, coexiste uma variedade de padrão cultural com outra variedade chamada não padrão, popular, vernacular. A pesquisa sobre a aplicação/não aplicação do princípio da concordância verbal no português atípico foi realizada, entre outros, por Cunha e Cintra (1985).

No Brasil, vários cientistas linguísticos e sociolinguísticos estão trabalhando no fenômeno. Particularmente na linguística, esse fenômeno é frequentemente percebido como um recurso morfológico e sintático. Por utilizar morfemas que, tendo valor semântico próprio, juntamente com o radical, formam determinado nome ou paradigma verbal, é considerado morfológico. Por servirem como uma marca das relações gramaticais entre dois elementos – no caso de uma concordância verbal entre o sujeito e o verbo, e no caso de uma concordância nominal, entre o nome e o determinante –, são considerados mecanismos sintáticos. A concordância verbal é,

portanto, configurada como morfossintática. A morfologia flexional lida com morfemas flexíveis que comumente indicam as categorias de gênero, número e caso com seus nomes, e as categorias de aspecto, tempo, modo, número e pessoa, com os verbos.

Bechara (2009) afirma que a flexão é um mecanismo gramatical que ajuda a indicar que determinado termo se abre a novos empregos, ou seja, como explica Cunha e Cintra (1985), flexionar é o processo pelo qual uma palavra é 'flexionada' para expressar diferentes categorias gramaticais.

Bechara (2009) assume, portanto, a forma de fragmentos fônicos transformados em radicais, que são o que comumente denominam-se sufixos ou terminações. Porém, segundo Câmara (1975), uma distinção essencial existe entre eles: enquanto os sufixos flexionais são "obrigatórios", os sufixos derivados não têm essa obrigação, e os sufixos derivados não se organizam em paradigmas coerentes, chamados de "Derivação Voluntária", nome que sugere um sinal ocasional e não harmonioso do processo derivado.

A flexão, por outro lado, ganhou o nome de *derywatio naturalis* porque a própria natureza da expressão impõe essa condição. Diferentemente dos morfemas derivados, os morfemas flexionais são estruturados em paradigmas coerentes e apresentam baixa probabilidade de variação, assim, as flexões verbais e de nomes são obrigatórias.

Câmara também afirma que a concordância é uma característica distintiva dos morfemas flexionais e que os verbos têm um sufixo flexional que agrega os conceitos de tempo e modo (indicativo, subjuntivo e imperativo) e, no caso do pretérito, também acumula o conceito de aspecto. Por outro lado, a inflexão da pessoa gramatical implica automaticamente o número singular ou plural do sujeito e da pessoa.

2.2 CONCORDÂNCIA NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Como já mencionado, a gramática tradicional é um compêndio de regras e é dividida de acordo com os vários aspectos em que os fatos linguísticos podem ser enfrentados (BECHARA, 2009). A divisão é realizada em fonética, morfologia, sintaxe, semântica e estilística.

O tema da pesquisa de sintaxe é a concordância verbal – estudo de palavras associadas em uma frase (TONDO, 1978) – em que relações de dependência de palavras consideradas do ponto de vista da inflexão são observadas. Evanildo

Bechara desenvolveu uma gramática moderna do português com o objetivo de "ensinar os colegas, alunos e o público de língua portuguesa" (BECHARA, 2009).

Determinando seu material como um "livro didático escolar de estilo simples", resultado das pesquisas mais modernas de sua época, e que não há ruptura com a tradição, pois transfere a disposição do material segundo o modelo clássico (BECHARA, 2009), no qual insere tantos registros gramaticais quanto possível.

Por uma questão de consistência, há um capítulo de 18 páginas que trata de concordâncias nominais e verbais que delineiam princípios gerais e outros casos (nominais com 21 casos e verbais com 22) com exemplos de tópicos relevantes. Bechara define a concordância da língua portuguesa como a adaptação da palavra decisiva ao gênero, número e pessoa de uma determinada palavra (2009, p. 441).

A concordância pode ser nominal ou verbal, sendo considerada concordância nominal quando há consonância em gênero e número entre um adjetivo e um pronome (adjetivo), um artigo, um numeral ou particípio (palavras definidoras) e um substantivo ou pronome (certas palavras) a que fazem referência:

“O capitão resmungou alguma coisa, deu dois passos, enfiou a mão no bolso e tirou um pedaço de papel amassado; depois, à luz das lanternas, leu a terrível ode à liberdade da vida no mar” [MA.1, 65]. Diz-se que a concordância verbal ocorre em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicado) e o verbo na frase: "Os outros, não sabendo o que é, falavam, olhavam, gesticulavam enquanto olhava, às vezes imóvel, às vezes movendo-se, conduzindo tão astuto que às vezes olha para dentro porque baixou as pálpebras" [MA.1, 183]. (BECHARA, 2009, p. 441).

A relação de concordância entre nomes comuns e nomes próprios ou entre nomes e verbos é uma consonância entre os termos que estão na frase. A relação de concordância pode ocorrer palavra por palavra – total ou parcial (também chamada de atraente), dependendo do todo ou mais próximo das palavras especificadas na série de coordenação:

"Repeli é porque a vida e a honra me foram oferecidas em troca pela vergonha eterna" [AH.1, 147]. (BECHARA, 2009, p. 441)
 Ou da palavra ao sentido: O acordo de sentido da palavra ainda se diz "ad sensum" ou silepse: "A população rugia os mais ultrajantes insultos a D. Leonor: e se viesse a entrar no palácio seria sem dúvida esmagado por multidão furiosa" [AH.2, 41]. (BECHARA, 2009, p. 442).

O autor define o princípio geral de concordância verbal usando o conceito de concordância palavra-palavra no significado. A definição de palavra por palavra é a seguinte:

A – Concordância de palavra para palavra

1) Há um só sujeito:

a) Se o sujeito for simples e singular, o verbo irá para o singular, ainda que seja um coletivo: “A vida tem uma só entrada: a saída é por cem portas” [MM].

b) Se o sujeito for simples e plural, o verbo irá para o plural: “Os bons conselhos desprezados são com dor comemorados” [MM].

2) Há mais de um sujeito:

Se o sujeito for composto, o verbo irá, normalmente, para o plural, qualquer que seja a sua posição em relação ao verbo:

“... os ódios civis, as ambições, a ousadia dos bandos e a corrupção dos costumes haviam feito incríveis progressos” [AH.1, 21].

Observações:

1.ª) Pode dar-se a concordância com o núcleo mais próximo, principalmente se o sujeito vem depois do verbo:

“O romeiro é livre como a ave do céu: respeitam-no o besteiro e o homem d’armas; dá-lhe abrigo o vilão sobre o seu colmo, o abade no seu mosteiro, o nobre no seu castelo” [AH.3, 145].

2.ª) Quando o núcleo é singular e seguido de dois ou mais adjuntos, pode ocorrer o verbo no plural, como se tratasse na realidade de sujeito composto: “ainda quando a autoridade paterna e materna fosse delegada...” [AGa.2, 25].

A concordância do verbo no singular é a mais corrente na língua padrão.

3.ª) Nas obras com mais de um autor adota-se modernamente o hábito alemão de se indicar a autoria com os nomes separados por hífen, caso em que o verbo da oração vai ao plural ou ao singular (levando-se, neste caso, apenas em conta a obra em si): Meillet-Ernout dizem (ou diz) no seu Dictionnaire Étymologique – que a origem é duvidosa.

4.ª) Pode ocorrer o verbo no singular ainda nos casos seguintes:

a) se a sucessão dos substantivos indicar gradação de um mesmo fato: A censura, a autoridade, o poder público, inexorável, frio, grave, calculado, lá estava [AH.7, VII, 113].

b) se se tratar de substantivos sinônimos ou assim considerados:

O ódio e a guerra que declaramos aos outros nos gasta e consome a nós mesmos [MM].

c) se o segundo substantivo exprimir o resultado ou a consequência do primeiro: A doença e a morte de Filipe II (...) foi como a imagem (...) [RS.2, IV, 6].

d) se os substantivos formam juntos uma noção única: O fluxo e refluxo das ondas nos encanta.

5.ª) Quando o verbo se põe entre os núcleos do sujeito, como acontece às vezes em poesia e no estilo solene, a concordância pode ser feita com o núcleo mais próximo ou gramaticalmente com a totalidade do sujeito [RC.1, 251]. (BECHARA, 2009, p. 540)

Rocha Lima desenvolveu uma gramática normativa da língua portuguesa conhecida como o "clássico das nossas letras" (2008, p. 23), que se define como "um livro escrito com simplicidade e clareza, pautado por uma busca obsessiva do rigor na sistematização das normas da modalidade cultural da língua nacional – dever primeiro

do magistério Português" (2008, p. 27), em que o seu material foi "fortemente modelado no melhor da literatura portuguesa" (2008, p. 23).

A seção de compatibilidade ideológica está diretamente relacionada ao contrato de significado das palavras a que Bechara se refere, a única diferença está na forma como os gramáticos organizam os livros.

Em sua gramática, Rocha Lima conclui a unidade de concordância verbal apresentando as irregularidades com concordância no uso do infinitivo, em que os verbos são tratados e assim denominados pelo autor por serem três classes de palavras sem algumas características essenciais do verbo, sendo elas o infinitivo, o gerúndio e o particípio (2008, p. 501). O autor afirma que ainda não foi possível formular um conjunto de regras estabelecidas para os verbos, mas que, para utilizá-lo, deve-se empregar as condições exigidas pela clareza, acento e harmonia do enunciado.

As gramáticas tradicionais já possuem um modelo conceitual e estrutural canonizado, o que se percebe na análise de obras de diferentes autores e também pelas afirmações dos próprios autores, quando são referidas como tradicionais e clássicas em suas introduções. Em suas palavras, pode-se ver o valor que os autores atribuem a orientar seu trabalho apenas para a variedade padrão de linguagem.

As gramáticas tradicionais escolares permaneceram estáticas ao longo dos anos, tanto em termos de conceituação como de metodologia de ensino. Conseqüentemente, os conceitos estão desatualizados em relação à pesquisa linguística, ao uso de metodologia inadequada e às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Para solucionar os problemas observados na gramática tradicional escolar e em sua metodologia, a linguística produziu diversos estudos que resultaram em novos conceitos e ajustes gramaticais e uma nova metodologia envolvendo a dinâmica da linguagem, trabalhando com fenômenos linguísticos em uma ampla variedade de produções textuais e garantindo a exposição do trabalho colaborativo dos fenômenos morfossintáticos.

Essa renovação na concepção do ensino de línguas e gramática irá favorecer os estudantes, tornando-os cidadãos reflexivos e críticos com um repertório linguístico suficiente para, pelo menos, usar a língua materna de maneira adequada em todas as situações.

Cientes dos benefícios da mudança no ensino de línguas, é fundamental que todas as pessoas envolvidas na educação atuem em conjunto para que as mudanças

sejam introduzidas o mais rápido possível, visando estagnar os efeitos negativos da atual metodologia utilizada em sala de aula.

2.3 A REGRA DA CONCORDÂNCIA

Conforme a gramática tradicional do português brasileiro, a concordância entre o sujeito e o verbo e entre as classes de palavras são regras obrigatórias, mas a variação na concordância verbal e nominal têm sido bastante registrada por dialetólogos, que mostram que determinados fenômenos causam a redução do sistema de concordância, e também por estudos sociolinguísticos, que têm constatado que essas são regras variáveis, que por vezes se aplicam e por vezes não, a depender de fatores de grupos linguísticos e extralinguísticos. Com base nessas informações, este capítulo mostrará a posição da gramática tradicional acerca da mandatoriedade da concordância e explicitará alguns trabalhos que abordam o fenômeno da concordância sem levar em conta essa mandatoriedade, isto é, que tratam da variabilidade da concordância.

2.4 DA MANDATORIEDADE DA CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

A gramática tradicional é essencialmente prescritiva, portanto, postula regras que devem ser seguidas conforme a variedade linguística considerada culta, definindo os conceitos de certo e de errado conforme o padrão estabelecido por ela. Bechara (2009), acerca da definição de concordância que guia o tratamento tradicional, conceitou que “em português a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada”.

Considerando a concordância verbal, conforme a gramática tradicional de Cunha e Cintra, “a solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito” (1985, p. 485). Rocha Lima (2008), tendo em vista essa norma mais abrangente, determinou a regra de que “havendo um só núcleo (sujeito simples), com ele concorda o verbo em pessoa e número”. Nos casos de sujeito

composto – mais de um núcleo no sujeito do sintagma –, o autor postulou a regra a seguir.

Havendo mais de um núcleo (sujeito composto), o verbo vai para o plural e para a pessoa que tiver primazia, na seguinte escala:

- a) A 1ª pessoa prefere todas as outras.
- b) Não figurando a 1ª pessoa, a precedência cabe à 2ª.
- c) Na ausência de uma e outra, o verbo assume a forma da 3ª pessoa. (Rocha Lima, 2008)

As gramáticas tradicionais adicionam às duas regras gerais de concordância verbal apresentadas os casos em que a concordância não ocorre no padrão esperado e os consideram como casos de “irregularidades de concordância” (ROCHA LIMA, 2008) ou como “casos de discordância” (BECHARA, 2009).

As “irregularidades de concordância” são abordadas por Rocha Lima, que indica a forma como elas continuamente entram em confronto com a rigidez da lógica gramatical e com os direitos superiores da imaginação e da sensibilidade. O autor considera que, pela disciplina gramatical, razões de ordem psicológica ou estética invalidam as normas determinadas como boas e invioláveis e que quando é dito que certo termo deve concordar com outro, trata-se da forma gramatical do termo de referência. Porém há ocasiões em que se pretere a forma e somente a ideia representada pela palavra é atendida, realizando-se a concordância com o que se tem em pensamento. Os desvios evidentes de concordância, que são quase sempre inconscientes, são denominados por Rocha Lima como ‘sínese’, que podem ser definidas como palavras que concordam conforme a ideia e não conforme a letra, nesse caso, a concordância varia conforme a posição dos termos do discurso e com o termo que mais interessa acentuar ou valorizar.

Para exemplificar essa concordância mental, denominada ‘sínese’, ou ainda ‘silepse’, o autor apresenta as frases seguintes:

1. A formosura de Paris e Helena foram causa da destruição de Tróia.
2. Os povos destas ilhas é de cor baça e cabelo corredio.
3. Foi dom Duardos e Flórida aposentados no aposento que tinha o seu nome.

Na primeira frase, o sujeito é representado pela “formosura” de Paris e Helena, motivo de o verbo “foram” estar no plural, embora o sujeito esteja no singular. Na segunda frase, indo além da ideia de plural, surge em pensamento a imagem coletiva de “os povos”, que pode ser retratada por “a população” das ilhas. Na terceira frase, é facilmente percebido que o uso do verbo no singular ocorre somente devido à

presença do verbo no início da frase, pois, conforme o autor, a construção da frase com o verbo no singular seria impossível se o verbo estivesse depois do sujeito, pois esse tipo de construção não seria possível: “Dom Duardos e Flórida foram aposentados”. Dessa forma, o autor infere que, no português brasileiro, por causa da autocrítica repressiva infligida pela gramática, a concordância tem evoluído no sentido de, cada vez mais, limitar os fenômenos ideológicos e afetivos do seu sistema.

De acordo com Bechara (2009), “na língua oral, em que o fluxo do pensamento corre mais rápido que a formulação e estruturação da oração”, ocorre com frequência o falante proferir o verbo primeiro e na sequência apresentar os outros termos da oração. Sendo assim, é mais comum que esse falante profira o verbo no singular, já que ele ainda não formulou toda a sentença e não se sabe quem é o sujeito a que será atribuída a função predicativa que está contida no verbo. Se o sujeito for pensado no plural, poderão os “casos de discordância” apresentados serem frequentes.

A constatação desses casos mostra que, de fato, o gramático procura por recursos para esclarecer o fato de, no uso cotidiano da língua, o falante não empregar de forma invariável a regra geral estabelecida. Os casos que fogem à regra geral indicam a instabilidade do tratamento tradicional – que estabelece as regras de concordância de forma pouco criteriosa, destacando o aspecto morfossintático em que o verbo deve se adequar à morfologia do sujeito, chegando ainda a aceitar que, com sujeitos no plural, o verbo fique no singular ou que, com o sujeito no singular, o verbo fique no plural, ou até que o verbo concorde com o sentido do vocábulo ou com outros termos da oração além do sujeito. Esses “casos de discordância” demonstram a significativa variabilidade que abrange a concordância, sendo ela, de forma subentendida, reconhecida pelas gramáticas tradicionais.

2.5 DESAPARECIMENTO DA CONCORDÂNCIA NA LÍNGUA FALADA

As pesquisas realizadas pelos considerados como os primeiros dialetólogos brasileiros, entre os anos de 1920 a 1950, ainda que não tenham sido realizadas com a severidade científica exigida atualmente, provêm insumos para trabalhos sobre o comportamento de diferentes variáveis linguísticas, presentes no português brasileiro, sendo ainda, em diversos casos, os únicos registros sobre fases anteriores da língua.

Em 1976, Amaral já fazia ser notada a relevância e a urgência de serem realizadas, de modo “imparcial, paciente e metódico”, coletas de dados que possibilitassem:

um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais, ainda que só das mais salientes, e pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou outra fração territorial. Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um. (1976, p. 44)

Os principais trabalhos de natureza dialetológica sobre o português brasileiro falado indicam a discussão da concordância. Esses estudos demonstram que a regra de concordância verbal se aplica, mas que outros fenômenos provocam a redução do sistema de flexões verbais, ou seja, eles já verificavam que ocorria o apagamento da marca de número no verbo de orações com sujeito plural.

Em 1938, Teixeira já compreendia a manifestação da ausência de concordância como decorrente de um processo de analogia que aconteceu entre as formas singular e plural dos verbos: “nas flexões verbais, mais que em qualquer outro campo, se exerce a ação niveladora da analogia. A determinação das pessoas é dada quase que só pelos pronomes” (TEIXEIRA, 1938, p. 36). Para o autor, que investigava as línguas mineiras, esse é um traço marcante da língua pelas classes consideradas incultas do estado, sendo que as classes classificadas como “semicultas” realizam a concordância de modo frequente.

O facto mais comum na língua popular mineira é a invariabilidade do verbo na concordância em número e pessoa com seu sujeito – os home oiava, nois teve, tu foi (enfático). Isto porque, como vimos, se processou uma redução no número e pessoas do tempo verbal, por efeito da analogia. (...)

O facto é que a regra geral é a invariabilidade flexional do verbo na concordância com seu sujeito, seja este de que pessoa e número for, venha anteposto ou posposto. (TEIXEIRA, 1938, p. 73)

O autor destaca ainda que a ausência de concordância aparenta estabelecer uma regra geral observando-se o falar no Brasil, constatação que também se verifica em pesquisas regionais. Em um estudo dialetológico posterior, Teixeira (1944, p. 115) ressaltou a questão da concordância verbal e abordou da mesma forma do seu trabalho anterior, o autor afirmou que “o fato mais geral na língua popular goiana é a invariabilidade do verbo na sua concordância com o sujeito”, estabelecendo um

paralelo entre a falta de concordância e um processo linguístico geral de simplificação das flexões verbais, conforme já havia sido observado em línguas africanas e indígenas.

Sem dúvida que a velha tendência do indo-europeu para redução das flexões de número e pessoa, encontrou novas condições favoráveis à sua manifestação, pois que tanto as línguas indígenas como as africanas possuíam esta uniformidade flexional na expressão das pessoas verbais. (TEIXEIRA, 1944, p. 102).

Nas línguas africanas e indígenas, foram notados traços que distinguem as pessoas verbais, sendo que o verbo se mantinha invariável. O autor indica a ausência de concordância como decorrência da evolução da língua portuguesa, que teve influência de outras línguas que coexistiram com ela ao longo dos anos. Ainda segundo Teixeira, “a ausência da ação disciplinadora da escola concorreu para que os processos das línguas indígenas e africanas se generalizassem na língua popular dialetal, uniformizando as pessoas verbais”.

Marroquim (1945) teve em seu trabalho o foco na língua falada por analfabetos de Alagoas e Pernambuco, percebendo que a ausência de concordância é uma marca característica da língua em uso, consequência da “ação niveladora exercida pela analogia”.

A analogia exerceu uma profunda ação niveladora na conjugação matuta. O dialeto que, como temos visto, vem reduzindo e simplificando a linguagem, colocando sua gramática no nível das suas elementares necessidades de expressão, teria que modificar de maneira notável o quadro das flexões verbais.

A simplificação atingiu a pessoas e tempos, mas sobretudo a pessoas, ficando reservado quase que só aos pronomes o papel de as determinar. (MARROQUIM, 1945, p. 123)

Sobre essa simplificação descrita por Marroquim, infere-se que a concordância também pode ser percebida como desnecessária, considerando que reduzir o quadro das flexões verbais é “colocar a gramática no nível das elementares necessidades de expressão”. Nascentes (1953, p. 94), afirma que “com suas deturpações, o povo, como fez com as flexões nominais, corrompeu as flexões verbais, resultando daí as faltas de concordância”. Considerando as constatações realizadas pelos autores, pode-se questionar se é essencial para a existência das línguas o emprego da concordância, já pressupondo-se, tendo em vista a opinião de outros pesquisadores,

que, para a expressão gramatical de número, ela pode ser considerada desnecessária.

Repetir num termo determinante ou informativo o gênero, número ou pessoa já marcados no termo determinado ou de que se fala, é antes uma redundância. (SAID ALI apud NASCENTES, 1953, p. 94)

A falta de flexão foi observada por Melo, em 1971, como sendo uma característica comum na fala das pessoas com nível socioeconômico mais baixo, porém como sendo plausível também no falar descuidado das camadas com maior nível socioeconômico. O autor conferiu em sua pesquisa que, no português brasileiro, há conexão entre a classificação social dos falantes e o emprego da regra de concordância. Melo defende a tese de que a falta de flexão nas formas verbais é propícia a não mais ocorrer em decorrência da ascensão social, econômica e cultural das classes baixas, indicando como característica comum da linguagem coloquial a não aplicação da regra entre o verbo e o sujeito plural, quando posposto.

Em 1976, Amaral (p. 72) observou que o -s é apagado no plural da primeira pessoa verbal, considerando que formas como “bamo”, “fomo” e “fazêmo” são encontradas com facilidade. O autor considera que há casos em que não há como se fazer diferenciação entre as formas da primeira pessoa do plural e as da terceira do singular, sendo que as formas da terceira pessoa do plural sofrem mudanças como em “quêrim, quírium, quizerum, quêirum, andum, andávum, andárum, ándim”.

Conforme Neto (1976, p. 115-116), em determinadas regiões do país, as flexões verbais são sintetizadas em apenas duas pessoas: a primeira em oposição às outras, oposição que só acontece entre as formas do presente do indicativo, já que no pretérito perfeito desse modo existe maior variedade de flexões; em todos os outros tempos e modos, apenas uma forma é usada para todas as pessoas, seja no singular ou no plural.

Observando-se trabalhos mais atuais, verifica-se que a redução do paradigma verbal do português brasileiro é conferida especialmente à já solidificada substituição dos pronomes de segunda pessoa (tu e vós) pelo pronome de tratamento você(s), à substituição, mais recente, do pronome de primeira pessoa do plural nós pela expressão a gente e, ademais, Naro e Scherre mostram que apenas a primeira pessoa do singular (do presente, perfeito e futuro do indicativo) apresenta marca morfológica que permite que seja identificada dessa forma, já que com as demais pessoas

gramaticais, as marcas de identificação de pessoa e número estão propícias a desaparecer.

Analisando a exposição dos paradigmas verbais pelos autores dialetológicos já apresentados nesta pesquisa, pode-se verificar, no caso específico da terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, a presença da concordância. Os autores apresentam exemplos para ilustrar a concordância nesse tempo verbal e apontam que a ocorrência da desinência número-pessoal mostrava apenas uma mudança morfológica: *amaru* (NASCENTES, 1953: 96); *amaro* (TEIXEIRA, 1938, p. 38); *oiarum* e *oiô* (TEIXEIRA, 1944, p. 103). Ressalta-se o fato de Teixeira (1944), de forma distinta dos demais autores, já ter registrado uma situação de variação também no caso do pretérito perfeito com a coexistência das variantes singular e plural.

Dessa forma, verifica-se que os estudos dialetológicos concordam no registro da ausência de concordância como uma característica distintiva dos dialetos analisados e, assim sendo, no português brasileiro atual, coexistem diferentes paradigmas verbais, isto é, um paradigma de quatro formas verbais, outro de três formas e um terceiro (dos menos escolarizados, ou não-escolarizados, principalmente das áreas rurais analisadas por eles), que se restringe a duas formas: a primeira pessoa em oposição às outras, sem diferenciação singular/plural no verbo de acordo com o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Paradigmas no português brasileiro

Paradigma 1 - de quatro formas verbais	Paradigma 2 - de três formas verbais	Paradigma 3 - de duas formas verbais
Eu <i>canto</i>	Eu <i>canto</i>	Eu <i>canto</i>
Você <i>canta</i>	Você <i>canta</i>	Você <i>canta</i>
Ele <i>canta</i>	Ele <i>canta</i>	Ele <i>canta</i>
A gente <i>canta</i>	A gente <i>canta</i>	A gente <i>canta</i>
Vocês <i>cantam</i>	Vocês <i>cantam</i>	Vocês <i>canta</i>
Nós <i>cantamos</i>	Eles <i>cantam</i>	Eles <i>canta</i>
Eles <i>cantam</i>		

Nesta pesquisa, busca-se também apresentar como a variante ausência de concordância está se disseminando entre os diferentes segmentos da sociedade, no português escrito em Belo Horizonte, Minas Gerais, devido à influência da oralidade.

2.6 DESAPARECIMENTO DA CONCORDÂNCIA SOB A ÓTICA VARIACIONISTA

Nos estudos variacionistas, é considerada como variável a regra de concordância entre o verbo e o sujeito, que se aplica a algumas situações e não a outras. A variação linguística é considerada um fenômeno contínuo e não aleatório e, para que sejam determinados e interpretados os fatores que interferem na opção do falante em relação à regra de concordância, torna-se necessário atentar aos trabalhos já produzidos sobre o tema ou relacionados a ele, buscando-se registrar os possíveis grupos de fatores da regra variável, que por já terem sido postulados e verificados, podem ser de grande colaboração para a estipulação de comparações com os dados obtidos nesta pesquisa.

Em Lemle e Naro (1977), pode-se observar a análise da concordância entre verbo e sujeito, na fala de 20 alunos do Mobral¹ da área urbana do Rio de Janeiro. Os autores verificaram que a regra de concordância verbal no português brasileiro ainda era imperativa nas classes médias e altas, enquanto nas classes de nível socioeconômico mais baixo essa regra estava em intenso processo de variação. Foi constatada que a falta de concordância do verbo com sujeito na terceira pessoa do plural não é um fenômeno aleatório, e sim relacionado a fatores linguísticos e não linguísticos. Em seu estudo, os dados mostraram que dois grupos de fatores linguísticos se apresentam como mais relevantes para a aplicação ou não aplicação da regra de concordância verbal, são eles a classe morfológica da forma verbal e a posição do sujeito. Dessa forma, os autores concluem que:

[...] a actuação da mudança em direção a um sistema sem concordância verbal foi fundamentalmente fonológica, enquanto que a sua implementação se deu através de uma difusão no eixo da saliência, sendo a principal coordenada a morfológica. (LEMLE; NARO, 1977, p. 49)

Os resultados encontrados por eles também ressaltam que as mulheres e as pessoas mais idosas são segmentos que empregam mais frequentemente a norma de concordância verbal.

Motta (1979) também analisa a concordância verbal tendo como objetivo investigar se a instituição de ensino empreende alguma influência sobre a linguagem oral e a provável influência dos grupos de fatores extralinguísticos, como sexo, idade,

¹ O Movimento Brasileiro de Alfabetização para adultos (Mobral), foi um programa realizado pelo Governo Federal na década de 1960.

escolarização, e dos fatores linguísticos, nesse caso morfológico, estilístico, posicional e constituição do sujeito. A autora analisa dados de dois grupos de adolescentes de Salvador com características sociais semelhantes, diferenciados basicamente com relação ao grau de escolarização: o grupo A é formado de adolescentes semi-analfabetos e o grupo B formado de adolescentes concluintes da oitava série do Ensino Fundamental. Conforme os resultados obtidos, a falta de concordância é mais frequente no grupo A do que no grupo B, devido a fatores como escolaridade, entre outros. Em relação ao grupo de fatores sexo, a maior ocorrência da regra está entre os falantes do sexo masculino do grupo A, o que a autora acredita ser devido a maiores oportunidades de comunicação que os informantes desse sexo têm, como observou em sua análise. Os informantes do grupo B, por outro lado, podem ter a permanência na escola como um fator de uniformização da fala dos informantes de sexo diferente, assim como a aplicação da regra de concordância. Em relação à variável idade, no grupo B, os informantes mais velhos aplicam mais a concordância do que os informantes mais jovens. Entre os quatro fatores linguísticos observados, o que mostra maior frequência de aplicação da regra de concordância verbal é o grupo de fatores constituição do sujeito.

Motta considera a regra de concordância verbal como uma regra variável que apresenta uma frequência de aplicação relacionada profundamente com o nível socioeconômico do falante e acredita que nada se pode assegurar sobre um processo de mudança, contudo sua pesquisa leva a compreender que a instituição de ensino desempenha alguma influência na direção de uma maior presença de concordância.

Com base em resultados coletados em trabalhos antecedentes (LEMLE; NARO, 1977) e valendo-se do mesmo *corpus* do Mobral (composto por falantes semi-escolarizados), Naro (1981) reexamina a variação da regra de concordância verbal no português brasileiro, em 6.310 dados, e se depara com o resultado de cerca de 48% de aplicação da regra de concordância (3002 dados) e de 52% de não aplicação da regra de concordância (3298 dados). Naro acredita que essa variação assinala um processo lento de mudança linguística, que caminha em direção a um sistema sem marcas.

Naro, ainda, considera que a marca da ausência ou da presença de concordância sofre também interferência da distância entre o sujeito e o verbo, ou seja, que quanto maior a distância entre o verbo e o núcleo do sujeito, maior a probabilidade de ausência da regra de concordância verbal.

A pesquisa de Naro corrobora com a ideia de que os grupos de fatores extralinguísticos – sexo, origem e faixa etária – são irrelevantes para delimitar os grupos e, assim, o autor decide por separá-los considerando a sua reação às novelas (tema de sua pesquisa). O autor verifica, então, que um grupo, ao aplicar a concordância verbal, alcançava 64% das ocorrências, enquanto outro expressava somente 41%. Naro infere que os falantes que assistiam às novelas com frequência – definidos como “de orientação vicária”, e que, como percebeu o autor, demonstravam interesse pelos modelos e pelo universo cultural das camadas médias e altas – apresentavam os maiores índices de aplicação da regra de concordância, enquanto os que eram mais resistentes a essa influência – definidos como de “orientação experiencial” –, apresentavam os menores índices. Mesmo não atingindo um resultado concludente sobre a direção da mudança, o estudo é capaz de revelar a influência que os meios de comunicação desempenham no comportamento linguístico do falante.

No estudo de Nicolau (1984), foi considerado o modelo sociolinguístico proposto por Labov (1972) para investigar a falta de concordância entre o verbo e o sujeito de terceira pessoa do plural, na oralidade de 32 pessoas da cidade de Belo Horizonte/MG, com níveis de escolarização diversos (antigos 1º e 2º grau). A autora levou em conta quatro grupos de fatores linguísticos (estrutura morfológica da forma verbal, ambiente fonológico que sucede ao verbo, constituição no sintagma nominal sujeito e posição desse sintagma nominal na frase) e quatro grupo de fatores não linguísticos (idade, sexo, grupo social e estilo de fala) como possíveis condicionadores da aplicação ou da não aplicação da regra morfossintática variável de concordância. Os resultados referentes à atuação de fatores não linguísticos adquiridos nesse estudo podem ser observados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - A influência dos fatores extralinguísticos na ausência de concordância

Variável	Fatores	Casos com concordância	Casos sem concordância	%	PR
Estilo de fala	F – formal	247	209	46	0.44
	I – informal	830	627	43	0.56
Sexo	M – masculino	484	494	51	0.61
	F – feminino	593	342	37	0.39
Idade	J – jovens (14 a 18 anos)	473	360	43	0.45
	A – adultos (36 anos ou mais)	604	476	44	0.55
Grupo social	B – baixo padrão de vida	132	278	68	0.75
	O – operário	180	184	51	0.58
	M – médio padrão de vida	350	231	40	0.40
	A – alto padrão de vida	415	143	26	0.26

Fonte: NICOLAU, 1984, p. 146.

Considerando o grupo de fatores não linguísticos apresentados, observa-se que os resultados exibem o favorecimento da ausência de concordância pelos adultos e o desfavorecimento da ausência de concordância pelos jovens, além de maior ausência de concordância verbal pelos homens do que pelas mulheres. A probabilidade mais alta de ausência de concordância se relaciona aos grupos sociais mais baixos e ao estilo de fala informal. Conforme a autora, a variação de concordância entre o verbo e o sujeito de terceira pessoa do plural se representa como uma variação estável com notável estratificação social que também é motivada pelo estilo de fala, pela idade e pelo sexo.

Com relação aos grupos de fatores linguísticos que se mostram mais relevantes, observa a influência da posição do sujeito em relação ao verbo na ausência de concordância verbal. Seus resultados demonstram que essa ausência é altamente favorecida pelo sujeito exposto na oração e posposto ao verbo, ligeiramente favorecida pelo sujeito exposto em oração anterior e altamente desfavorecida pelo sujeito exposto na oração e anteposto ao verbo.

Silva e Votre (1991, p. 368) consideram que a escolarização é a mais produtiva em relação às variáveis sociais. Os autores defendem que “é a escolarização que influencia o maior número de fenômenos e sempre no mesmo sentido [...] podem ocorrer casos em que há falantes que entram na escola usando com grande frequência a forma padrão, enquanto outros não usam, mas a escola poda o uso não-padrão”.

Tabela 2 - Concordância segundo o grau de escolaridade

Grau de Escolaridade	APL/ TOTAL = %	PR
Ensino Fundamental	431/604 = 71	0.73
Ensino Médio	393/742 = 53	0.51
Ensino Universitário	195/475 = 41	0.21
TOTAL	1.019/1.821 = 56	

Conforme Silva e Votre, observa-se pela análise dos resultados, que o fator escolaridade ainda é o mais influente na determinação da aplicação de concordância, já que verifica-se que os dois graus de escolaridade mais distantes – Ensino Fundamental e Ensino Universitário – ressaltam números bastante discrepantes entre si – 0.73 e 0.21, respectivamente. O grau de escolaridade Ensino Médio está em uma

posição intermediária, pois a diferença entre a presença ou a ausência de concordância é quase nula e seu peso é de 0.51.

Em um trabalho mais recente, Naro e Scherre (1991), reanalisando os informantes do *corpus* do Mobral, objetivam determinar se a variação na concordância no português brasileiro se caracteriza como uma variação consistente ou uma mudança em andamento. Os autores acreditam que convivam, na realidade brasileira, diferentes cursos, pois algumas pessoas inclinam-se à variação estável, enquanto outras estão no processo de aquisição ou em um processo de eliminação das formas. Nota-se, então, que não se pode concluir que a perda da concordância representa o português brasileiro, pois, decorrendo de fatores extralinguísticos, ela pode ser adquirida.

Em seu trabalho, Vieira (1995) apresenta dados acerca da concordância na fala de comunidades de pescadores no norte do estado do Rio de Janeiro, apontando um alto nível de ausência de concordância em verbos de terceira pessoa. A autora leva em conta em sua análise informantes dentro de três faixas etárias, a saber, de 18 a 35 anos, de 36 a 55 anos e de 56 a 70 anos, categorizando os informantes por localidade. Além disso, como fator suplementar para a análise, distribuiu esses informantes em dois grupos de escolarização, sendo de analfabetos e de alfabetizados que cursaram até a 4ª série do primeiro ciclo fundamental. Os grupos de fatores extralinguísticos apresentam resultados a seguir:

Tabela 3 - Concordância conforme faixa etária e escolaridade

Faixa etária e escolaridade	Ocorrência	%	P.R. Nível sel.	P.R. Nível 1
A (18 a 35 anos) – analfabeto	42/69	61	0.37	0.48
A (18 a 35 anos) – alfabetizado	273/496	55	0.38	0.42
B (36 a 55 anos) – analfabeto	234/406	58	0.49	0.45
B (36 a 55 anos) – alfabetizado	229/375	61	0.47	0.48
C (56 anos em diante) – analfabeto	389/579	67	0.54	0.55
C (56 anos em diante) – alfabetizado	239/327	73	0.69	0.62

Fonte: VIEIRA, 1995, p. 109.

Conforme observa-se pelos resultados, a autora apresenta que há alto índice de não aplicação da regra de concordância em todas as faixas etárias e que as maiores taxas de ausência de concordância estão entre os falantes mais velhos, além de estarem desvinculadas à escolaridade do informante, sendo eles analfabetos ou alfabetizados, os níveis de ausência de concordância são semelhantes. A autora

declara não ter a intenção de argumentar que a escolarização seja desimportante para que o comportamento linguístico dos falantes em direção à presença de concordância seja alterado, porém o que parece estar em pauta é a necessidade de ponderar se a escolarização é o único fator significativo para que o falante apresente uma performance mais próxima à norma padrão.

Scherre (1996), segmentando 64 falantes do Rio de Janeiro em função dos fatores sexo, faixa etária e grau de escolaridade em seu trabalho, infere que os indivíduos com mais anos de escolarização e do sexo feminino aplicam mais a norma de concordância. Justifica-se a maior presença da concordância pelo maior tempo de escolaridade pelo fato de estarem mais expostos à correção gramatical e por mulheres por serem mais receptivas às normas de prestígio. A variável faixa etária exibe um padrão ligeiramente curvilíneo, mostrando que as pessoas mais pressionadas pela idade, também considerando o período profissionalmente produtivo, também empregam mais as formas de prestígio. O comportamento dessas três variáveis convencionais indica um padrão típico de variação estável. Os resultados podem ser verificados na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Plural em função de três variáveis sociais

Fenômeno	Concordância verbal		
	Variáveis sociais	Fatores	Ocorrência % PR
Anos de escolarização	1 a 4 anos	1.125/1.787 = 63	0.39
	5 a 8 anos	1.358/1.752 = 78	0.56
	9 a 11 anos	886/1.093 = 81	0.58
Sexo	Feminino	2.003/2.601 = 77	0.54
	Masculino	1.366/2.031 = 67	0.45
Faixa etária	7 a 14 anos	587/ 854 = 69	0.41
	15 a 25 anos	862/1.218 = 71	0.47
	26 a 49 anos	1.025/1.283 = 80	0.56
	50 a 71 anos	896/1.277 = 70	0.53
Total de dados		3.369/4.632 = 73	

Fonte: SCHERRE; NARO, 1997, p. 107.

De acordo com Scherre, considerando sua análise de dados do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), no Rio de Janeiro, a diferenciação geográfica não é fator relevante para a variação na concordância de número no português brasileiro. Observa-se que essa variação ocorre de maneira semelhante em todas as regiões do país e que os principais fatores condicionantes para essa variação são também homogêneos. A autora considera que a variação da concordância é intrínseca

ao nosso sistema linguístico, mas admite que a proporção de ocorrência da variação, entretanto, é marca de classe social. Segundo Scherre:

[...] a quantidade de variação, no Brasil, é marca de classe social. Inquestionavelmente, as pessoas mais escolarizadas, mais sensíveis às marcas de prestígio e que exercem profissões de trato público tendem a fazer mais concordâncias e, se não as fazem, são criticadas por nós, que também deixamos de fazer concordâncias verbais e nominais, de forma regular, quer queiramos quer não queiramos, quer reconhecamos, quer não reconhecamos. (SCHERRE, 2005, p. 236)

Naro e Scherre reconhecem que distinções sociais, como escolaridade, idade de entrada no mercado de trabalho, contato com a mídia, sexo e classe social, podem estar direcionando a variação da concordância no português brasileiro. A análise, a partir de duas amostras de fala (uma do tipo Painel, constituída por 16 falantes gravados na década de 80 e regravados em 1999 e 2000) e outra do tipo Tendência (constituída por 32 novos falantes, gravados na mesma data), ambas pertencentes ao corpora do PEUL, apresenta resultados que indicam aumento das taxas de concordância para todos os indivíduos, obstante à progressão no grau de escolarização do falante. A Tabela 5 a seguir apresenta os resultados por falante, sendo que os seis primeiros aumentaram os anos de escolarização e os demais não aumentaram, porém ainda assim exibiram percentuais mais elevados de presença de concordância verbal.

Tabela 5 - Frequência de uso da concordância verbal em dois falantes

Falante	Amostra 80 (I)			Amostra 00 (I)		
	Idade	%	P.R.	Idade	%	P.R.
Eri 59	9	72	0.20	25	90	0.61
Adr 57	10	38	0.06	26	58	0.19
Adr 63	12	57	0.18	28	93	0.70
Fat 23	15	81	0.45	33	98	0.89
San 39	15	76	0.41	33	93	0.72
Leo 38	18	71	0.28	36	92	0.73
Jup 06	18	47	0.23	35	73	0.51
Lei 04	25	56	0.26	43	59	0.29
Dav 42	31	47	0.18	48	81	0.66
Jvas 26	32	82	0.62	48	81	0.66
Eve 43	42	90	0.74	59	89	0.75
Mg 148	52	93	0.85	70	95	0.88
Jan 03	56	46	0.23	74	54	0.31
Nad 36	57	71	0.48	74	77	0.53
Jos 35	59	52	0.27	75	70	0.43
Ago 33	60	57	0.30	77	83	0.62

Fonte: NARO; SCHERRE, 2003, p. 50-52.

A constatação dos autores é de que mesmo com a grande variação de suas taxas de concordância, a hierarquia dos falantes permanece de forma semelhante à da amostra que haviam coletado nos anos 1980. Os falantes que apresentavam taxas mais altas tiveram propensão de preservar esse comportamento mesmo depois de quase vinte anos, assim como os que apresentavam as mais baixas. Além disso, nenhum falante descreveu as taxas de concordância nesse período.

Considerando esses dados, os autores declaram não estarem certos sobre o aumento da concordância, nos indivíduos escolarizados, ter sido causado pelo aumento dos anos de escolarização ou pela idade inicial que se relaciona ao ingresso no mercado de trabalho. Para eles, há outras causas, mesmo sem considerar a educação formal, que poderiam levar a uma maior aplicação da concordância pelo grupo que mostrou aumento do nível de escolarização, ou seja, o aumento da escolarização não seria o fator motivador do aumento da concordância.

Embora o comportamento e o desempenho dos indivíduos das análises não tenham indicado apenas uma direção relevante em relação aos grupos de fatores extralinguísticos considerados, nos estudos observados, mostram-se importantes fatores como sexo, idade, procedência e nível de escolaridade. Ainda que determinados grupos sejam apontados como mais relevantes em alguns trabalhos e menos relevantes em outros, esse são grupos de fatores que com base na teoria sociolinguística e relacionados a outros (como mercado de trabalho, mídia, instituição de ensino etc.) são capazes de viabilizar explicações variadas sobre a ocorrência da concordância.

O compêndio dos estudos realizado nesse capítulo, que não se supõe exaustivo, destaca com transparência que a manifestação da variação na concordância, no português brasileiro, longe de ser limitada a apenas uma localidade, é propriedade de todas as comunidades de fala brasileiras, mostrando mais distinções de grau do que de princípio, ou seja, as distinções têm mais correspondência com a quantidade de marcas de plural do que com os contextos linguísticos nos quais a variação acontece.

Todos os estudos apresentados buscam, por meio de um estudo qualitativo e quantitativo, descrever a variação da concordância, mas esses trabalhos não postulam uma única representação. Dessa forma, pretendemos nesta pesquisa verificar que tipo de fenômeno reflete a regra de concordância no português escrito

em Belo Horizonte, considerando sujeitos escolarizados ainda na escola, observando se ela representa ou não um processo de mudança linguística em curso.

3 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Considerando a diversidade e a heterogeneidade da língua, Tarallo (1986) afirma que a teoria sociolinguística tem como escopo analisar e sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. Dessa forma, pode-se dizer que essa teoria busca correlacionar aspectos de língua e de sociedade, identificando os grupos de falantes que possuem características linguísticas em comum. É por isso que a comunidade de fala é a unidade de estudo para a sociolinguística, e não o indivíduo.

Segundo Trudgill (1975), as variantes linguísticas estão sujeitas a julgamento social, portanto as chamadas variantes padrão estão associadas ao prestígio social, um alto nível de educação, ambição profissional e eficiência, enquanto as variantes fora do padrão estão ligadas à habilidade social e à solidariedade ou lealdade ao grupo nativo. Por esse motivo, ao observar interações particulares, percebe-se que o falante seleciona variantes linguísticas específicas para atingir objetivos pragmáticos. Essa pesquisa considerará o uso da concordância verbal e nominal no ambiente escolar, um local avaliado como mais formal e mais propenso à utilização da concordância de acordo com as regras gramaticais da língua portuguesa.

Esta pesquisa tem como subsídio teórico-metodológico a sociolinguística laboviana, que analisa a relação entre língua e sociedade, e também a influência de condicionantes linguísticos e sociais para fenômenos específicos, já que a variação não é aleatória, mas sistemática e motivada. Assim, Weinreich, Labov e Herzog (1968) postulam o axioma da heterogeneidade ordenada, que considera a língua como um elemento inerentemente variável e ordenado. Labov cria a teoria sociolinguística como uma teoria da variação e mudança, mostrando a clara interface entre língua e cultura. Desse modo, este trabalho observou os fatores linguísticos e sociais de favorecimento e desfavorecimento para a concordância verbal e nominal, verificando a sistematicidade desse fenômeno na escrita de estudantes do Ensino Fundamental II de escolas públicas e particulares de Belo Horizonte. Assim, foi possível observar a conexão entre língua e sociedade, a variação linguística relacionada ao fenômeno da concordância e a forma como se estabelece essa variação de acordo com a teoria sociolinguística.

Em seu estudo inicial, Labov (1965) comparou o desempenho de 58 crianças e adolescentes, com idades entre 8 e 19 anos e divididos em 5 faixas etárias, com o de adultos de sua comunidade. O desempenho de adultos e crianças foi estimado de acordo com um índice que compreende a produção e a avaliação de diversas variáveis fonológicas, sem diferenciar as duas.

Foi observado que à medida que a idade aumenta, as crianças se aproximam das normas dos adultos. Com base nos resultados dessa análise, Labov apresentou um modelo de desenvolvimento para a aquisição do inglês falado padrão que compreende seis estágios. Serão descritas aqui as quatro primeiras etapas que correspondem à infância e adolescência, idades relevantes para esta pesquisa.

Etapa 1: gramática básica (antes dos 5 anos)

Ocorre sob a influência linguística dos pais da criança e corresponde ao domínio das principais regras gramaticais e léxico do inglês falado.

Etapa 2: o vernáculo (de 5 a 12 anos)

A criança aprende o uso do dialeto local por meio do contato com seu grupo de colegas. A influência linguística do grupo de colegas substitui a de seus pais.

Etapa 3: Percepção social (início da adolescência)

Embora a criança ainda use exclusivamente o vernáculo de seu grupo de colegas, ela se torna progressivamente consciente do significado social desse dialeto à medida que entra em contato com outras formas de fala. Dos 14 aos 15 anos, as crianças começam a exibir padrões de avaliação social semelhantes aos dos adultos.

Etapa 4: Variação estilística (final da adolescência)

O adolescente começa a aprender a modificar seu discurso usando variáveis padrão em situações formais.

De acordo com o modelo de Labov, as crianças são falantes monoestilísticos até o final da adolescência. Nessa visão, eles são monoestilísticos no dialeto usado em seu ambiente familiar até os 5 anos de idade, quando se tornam monoestilísticos no dialeto preferido de seu grupo de pares, os colegas. Somente depois de entender o valor social atribuído às variantes linguísticas (adolescência), é que elas podem variar

o uso do dialeto e das formas padrão de acordo com o grau de formalidade da situação.

Medindo o reconhecimento de normas de prestígio para adultos, Labov observa a estratificação social na taxa em que as normas sociolinguísticas são adquiridas: entre 8 e 13, filhos de famílias da classe média alta começam mais alto na escala e mostram uma resposta mais completa às normas sociolinguísticas do que crianças de classe média baixa, e assim por diante.

O modelo de aquisição para o inglês padrão sugerido por Labov postula, portanto, que os jovens falantes são monoestilísticos até a adolescência. Além disso, supõe que a consciência do significado social do uso (estágio 3) precede a capacidade de modificar a fala em situações formais. O modelo situa a capacidade de modificar o uso de variantes padrão de acordo com a formalidade da situação entre os 16 e os 17 anos.

Se diferenças sociais puderem ser observadas a partir deste estágio, Chevrot et al. (2013) sugerem algumas considerações que devem ser levadas em conta nesse modelo de aquisição. Em primeiro lugar, o vernáculo do grupo de pares não é o mesmo para todas as crianças por causa das diferenças sociais observadas entre crianças de diferentes contextos sociais. Em segundo lugar, as crianças adquirem o vernáculo além do uso linguístico transmitido do ambiente familiar. Nesse caso, as crianças da classe média alta, que enfrentam uma fala mais normativa em casa do que as colegas da classe média baixa, exibiriam melhor conhecimento das normas de prestígio dos adultos.

Seguindo os pressupostos de Labov e as considerações de Chevrot et al., seria suposto que na adolescência, fase em que os jovens já têm consciência do diferente uso da língua em diferentes situações, todos os alunos – sejam eles de escolas públicas ou particulares – utilizariam as devidas regras de concordância verbal e nominal no ambiente escolar. Como é pressuposto que a aquisição das regras de concordância ocorre com defasagem em escolas públicas, esses alunos não aplicariam as mesmas regras em ambientes formais de fala. Labov (2008) propõe (i) que a língua é um sistema heterogêneo e dinâmico; (ii) que a variabilidade pode ser sistematizada e (iii) que a variabilidade linguística pode ser parcialmente determinada por fatores sociais. Dessa forma, a sociolinguística variacionista mostra que a linguagem utilizada pode ser analisada em termos de padrões, embora seja reconhecidamente heterogênea e diversa. A evidência de que a heterogeneidade é

organizada ou sistemática é que os indivíduos em uma comunidade se entendem e se comunicam, apesar das diferenças ou diversidade de idioma.

A partir da sociolinguística, foi possível saber sobre diferentes realidades linguísticas antes desconhecidas. Além disso, desmascarou-se a concepção de que a língua era homogênea e de que a sistematização da heterogeneidade era impraticável. A língua passou a ser compreendida como um sistema significativamente comprometido com a estrutura social em que está incluído e que está em contínua transformação.

O campo de pesquisa mais fundamental da linguística laboviana é o estudo linguístico estabelecido em dados coletados por meio da oralidade dos falantes no dia a dia, principalmente na fala espontânea. A característica de naturalidade que está nesses dados pode trazer grandes descobertas sobre a correspondência entre língua e sociedade, pois elas destacam como os grupos sociais empregam as variadas formas linguísticas em sua comunicação. Constitui-se, devido à essa inseparabilidade entre a língua e o contexto social, a heterogeneidade ordenada como fator embasado de um sistema linguístico, podendo-se, portanto, desconsiderar a uniformidade como propriedade única da relação comunicativa na linguagem oral (LABOV, 1975, p. 203).

Com base na concepção de heterogeneidade constitutiva e de correspondência entre língua e sociedade, determinam-se os objetivos principais da Teoria da Variação como investigar e validar variantes usadas numa comunidade de fala (LABOV, 1975), assim como compreender a relação entre variação e mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). Assim sendo, seu objeto de estudo está focalizado nos padrões do comportamento linguístico que são percebidos dentro de uma comunidade de fala, sendo que esses padrões são normatizados analiticamente utilizando um sistema heterogêneo constituído por unidades e regras variáveis. As regras são denominadas como variáveis, pois por vezes se aplicam e em outras não, já que sua aplicação está vinculada a fatores linguísticos e extralinguísticos.

Esse modelo de variação pretende explicar temas essenciais sobre as mudanças linguísticas, com base nos dois principais princípios teóricos. O primeiro apresenta que o sistema linguístico, tal qual sua comunidade, tem de ser heterogêneo e diverso e o segundo princípio indica que os processos de mudança verificados em uma comunidade de fala modificam-se a todo tempo, atualizando-se, o que gera variação na língua, porém não necessariamente essa variação implicará em mudança.

Considerando novamente os objetos de estudo da Teoria da Variação, concerne a ela demonstrar a introdução de uma variável no sistema de relações sociais e linguísticas de uma comunidade. O sistema linguístico, ainda que seja composto por regras e elementos, apresenta-se também como tendo particularidades próprias e coletivas; dessa forma, o sistema não se consolida de maneira independente, o que abrange o modelo de análise que trabalha com a abordagem estatística das configurações dos dados coletados conhecido como sociolinguística quantitativa. Esse modelo alicerça-se na teoria da probabilidade aplicada aos dados com o objetivo de transcrever regularidades bem ordenadas que orientam a variação na comunidade (LABOV, 1994, p. 25).

O desenvolvimento de um modelo de análise que possua elementos especialmente relacionados aos elementos da estrutura linguística, para apresentar as possibilidades de relacionamento entre esses elementos estruturais com base na interdependência com os fatos empíricos, é a intenção da teoria da sociolinguística enquanto ciência (LABOV, 1994, p. 4). O principal propósito é o de conceber um conjunto mínimo de princípios gerais que caracterizam uma teoria da variação e mudança linguística.

O conceito de não uniformidade linguística é admitido pela Teoria da Variação, que procura entender toda a regularidade que há em uma língua e que pode ser percebida como desencadeadora da diversidade que se verifica na fala (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1975). Isto posto, a dinâmica interna de conflito ou de coocorrência entre as diversas organizações linguísticas se torna compreensível.

O conjunto formado pelas variadas organizações linguísticas que exercem um mesmo significado referencial é denominado variável linguística (SILVA, 2003, p. 69). A cada um dos modos de se expressar a mesma ideia em uma mesma circunstância, ou seja, com o mesmo valor de verdade, denomina-se variante linguística (LABOV, 1975, p. 188). Para exemplificar utilizando a concordância verbal, tem-se que o falante diz “eles foram trabalhar” ou “eles foru trabalhá” ou, até, “eles foi trabalhar”, de acordo com Labov (1975), conforme a função comunicativa (estilística, expressiva) que o falante possui como intuito, tendo em mente um conjunto de fatores, sejam eles linguísticos (internos ou estruturais) ou extralinguísticos (externos ou sociais).

De acordo com o autor, pode-se subdividir as variáveis em variáveis linguísticas dependentes e variáveis linguísticas independentes. Dessa forma, pode-se estabelecer na concordância verbal no português brasileiro uma regra variável ou uma

variável linguística que compreende duas variantes, sendo elas a aplicação ou a falta da concordância.

Além disso, para o estudo sociolinguístico, outros princípios importantes são as conceituações de indicadores, marcadores e estereótipos, que associam-se à estrutura das variantes, e o interesse entregue pelo indivíduo sobre o que ele fala. Os falantes não possuem consciência das variantes indicadoras, por isso elas não são observadas por eles, já que essas variantes não expõem variação estilística. De forma inconsciente, também pode estar as variantes marcadoras, com a diferença de que elas são reconhecidas pelos falantes e possibilitam segmentações econômicas e sociais além das estilísticas; essas segmentações permitem que as variantes determinem a comunidade de fala. Por outro lado, os estereótipos podem ser estigmatizados, possibilitando uma mudança linguística ou a extinção da forma estigmatizada (LABOV, 2003; FREITAG, 2016; OUSHIRO, 2011). Ou seja, os estereótipos chegam ao nível da consciência social, pois são modelos reconhecidos pelos falantes e evidentes socialmente e, desse modo, são avaliadas pelos falantes de forma consciente.

O fenômeno da concordância nominal, considerando os conceitos de indicadores, marcadores e estereótipos, pode ser analisado como sendo um fenômeno que pode estar na consciência social de um falante ou não, ou seja, localizado entre um marcador e um estereótipo. Considerando-o como marcador, a não aplicação de número pode ser julgada pelos falantes como uma forma incorreta e vergonhosa, percebida como condizente a falantes com menos escolaridade e de classes sociais mais baixas, sem que esses falantes tenham consciência do uso dessa variante por eles. Considerando-o como estereótipo, a ausência da marca plural de número é considerada e classificada negativamente pelos falantes da língua e, dessa forma, atualmente busca-se estabelecer um sistema que caminhe em direção à norma padrão com uso de plural. Por isso, é possível compreender que conforme a região ou a comunidade, uma variante pode ser considerada marcador bem como estereótipo.

Labov (2006), indo além dessas definições, determinou cinco problemas significativos para a pesquisa da variação e mudança linguística. O primeiro problema se refere às limitações ou condicionamentos, em que o autor busca explicar quais são as condições que possibilitam ou moderam as mudanças. O segundo problema proposto se refere à transição, em que se busca descobrir qual o caminho de

realização de cada mudança – trabalhos diacrônicos costumam se concentrar nesse problema, na medida em que buscam relatar qual o trajeto trilhado até que uma mudança linguística se consolide. A implementação é o terceiro problema, pois procura explicar porque certa mudança aconteceu em determinados lugar e momento. O quarto problema apresentado por Labov é o do encaixamento da mudança, nele, investiga-se como um fenômeno linguístico se relaciona com outro fenômeno –, verificando-se de que forma a mudança está inserida na estrutura linguística e/ou social. O quinto problema apresentado é o da avaliação, em que se busca averiguar de que maneira, considerando as variantes, a avaliação subjetiva do indivíduo pode afetar o processo da mudança.

É preocupação da Teoria da Variação, portanto, estabelecer os fatores linguísticos e não linguísticos que correlacionam com as variantes de determinada variável linguística. De uma ótica síncrona, pode-se dizer que a coexistência de variantes aponta uma variação estável, uma mudança de longa duração ou, ainda, um processo de mudança linguística em andamento, ou seja, aquela que pode ser observada no curso de uma ou duas gerações (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 103).

A perspectiva apropriada para os estudos sociolinguísticos é a perspectiva interpretativo-descritiva, pois além de realizar a sistematização da variação, se interessa também pelos impactos sociais das análises. Dessa forma, a pesquisa sociolinguística busca fundamentar-se principalmente na análise da palavra, que deve ser coletada no contexto mais diverso concebível.

O estudo da variação linguística, de acordo com a sociolinguística de base laboviana, tem natureza quantitativa. Assim, utiliza-se o programa Rbrul para tratamento estatístico dos dados, já que ele realiza os cálculos de frequência e calcula a probabilidade de aplicação de regras gramaticais específicas, avaliando, ainda, o peso relativo dos fatores inseridos, verificando se são condicionantes. Essa análise propicia a identificação de fatores linguísticos e não linguísticos pelo pesquisador, mostrando o progresso de uma variação ou mudança linguística.

Os fatores condicionantes devem ser interpretados pelo pesquisador após a análise do *corpus*, sendo papel dele observar a relevância de cada um deles conforme a comunidade linguística que está sendo estudada, isto é, o linguista precisa verificar qual a influência que os fatores condicionantes apresentam para uma comunidade em que seus indivíduos compartilham traços linguísticos distintivos de seu grupo e se o

indivíduo comparte de um mesmo conjunto de normas e atitudes em relação ao uso da linguagem, já que isso é o que configura uma comunidade linguística e não um grupo de pessoas que fala da mesma forma (LABOV, 1972).

Labov (2003) apresenta três tipos de regras linguísticas para se encaixar os fenômenos da língua observados. Na regra I, denominada categórica e encontrada incluída na gramática internalizada do falante, uma violação não é possível, já fere o sistema da língua – ela tem aplicação de 100%, mesmo que o falante não a reconheça de forma consciente. Para a regra categórica, pode-se dar o exemplo obrigatório do uso do artigo antecedendo o substantivo (A menina, e não *Menina a). Essa regra não é aprendida na escola, sendo inerente aos falantes da língua portuguesa. A regra do tipo II denomina-se semicategórica, nesse tipo de regra, há a coocorrência de variantes de um fenômeno que podem ocorrer com frequência de até 5% ou acima de 95%, sendo que esse tipo de regra é comum no início ou no final de uma mudança em progresso. A regra do tipo III é denominada variável, nela estão inseridos os fenômenos da língua em variação e essa regra já infere uma variação, portanto não se pode falar em violações. Ela pode ser indicador social, marcador social ou estereótipo social (LABOV, 1972).

Na pesquisa realizada por Mariano (2013), obteve-se um resultado de 94,5% de aplicação concordância e apenas 5,5% de resultado de não concordância nos sintagmas nominais. Dessa forma, com base nesse estudo, a concordância nominal pode ser considerada como regra do tipo III, variável. Mas é relevante destacar que esse fenômeno pode se comportar de diferentes formas com relação à modalidade da língua.

Considerando ainda os estudos sociolinguísticos, torna-se relevante abordar sobre as ondas – formas de se considerar a variação linguística – apresentadas por Eckert (2012). Foram apresentadas três concepções para as ondas, sendo a primeira delas relacionada à determinação de padrões regulares de variação, tendo como base categorias sociais. A primeira onda, portanto, relaciona variáveis linguísticas a variáveis sociais (sexo, idade etc), sendo que ela ocorre de maneira ordenada e condicionada por fatores específicos.

A segunda onda, por outro lado, utiliza métodos etnográficos com o objetivo de verificar como ocorre a variação de uma língua em determinada localidade. Pesquisas que utilizam essa abordagem se relacionam com o conceito de comunidades de fala

e de identidade de grupo, pois é possível buscar o valor social das variantes de um lugar definido ou de um grupo social.

Na terceira onda, finalmente, os membros da comunidade são considerados agentes da variação e mudança; essa onda, portanto, se refere ao conceito de comunidade de prática. Pesquisas que consideraram a terceira onda perceberam a natureza agente dos falantes também na formação de identidade e de significados sociais, pois aqui a atenção é voltada para o significado social da variação. Considerando os estudos com base na terceira onda, nota-se que os pesquisadores se interessam pelo perfil dos participantes e buscam conhecer minuciosamente sua vida pessoal para relacionar essas informações com a sua própria percepção sobre determinadas formas linguísticas. Essa onda, portanto, evidencia a participação ativa dos falantes. Lembrando que a tomada de decisão do falante é fundamentada em construções sociais que compõem seu repertório social e cognitivo obtido socialmente.

Esta pesquisa considerou a terceira onda como fundamentação, porém como não houve a possibilidade de estudar detalhadamente a vida de cada estudante das instituições de ensino analisadas, não pode-se afirmar que este estudo alinhou-se integralmente com a perspectiva da terceira onda. Porém o conhecimento acerca do perfil socioeconômico das regiões onde se localizam as instituições de ensino já apresenta um padrão socioeconômico e cultural de seus alunos. É possível considerar que os conceitos teórico-metodológicos propiciados pela sociolinguística sejam fundamentais para uma investigação que elege como objeto de estudo um fenômeno de variação linguística averiguado com base em seu contexto social.

Essa compilação acerca da teoria sociolinguística variacionista possibilita compreender que ela deve ser empregada em sala de aula pelos professores. Deve ser debatido o tema da variação linguística, semeando a concepção de heterogeneidade linguística e contestando o preconceito linguístico. O ambiente escolar favorece a discussão das variantes linguísticas, já que na escola é possível perceber diferentes comunidades.

3.1 ENSINO DE GRAMÁTICA NAS ESCOLAS

Um dos maiores desafios para professores de língua portuguesa, principalmente no ensino fundamental, é saber como lidar com as diferenças linguísticas. Devemos também observar que a maioria dos professores ainda não está preparada para discutir quando isso vai acontecer na aula. Cabe ao mesmo professor instrumentalizar-se para otimização de atividades pedagógicas voltadas para as mudanças constantes (TRAVAGLIA, 2002).

No entanto, para este efeito, os cursos de formação inicial e/ou contínua para professores devem incluir estudos em sociolinguística variacionista, sem a qual a prática de sala de aula não sofrerá alterações significativas.

Este capítulo tem como objetivo colocar os leitores do ensino de gramática no ambiente escolar em diálogo com o ensino objeto de pesquisa. Ensinar gramática em sala de aula é uma atividade que requer muita atenção.

Portanto, os modelos propostos pela gramática normativa costumam deixar os alunos duvidosos quando são corrigidos. Conforme explicam Vieira e Brandão (2007), os alunos só aceitarão a correção depois de já terem aprendido as informações sobre os diferentes tratamentos dos fatos linguísticos e suas variações.

O fato de um aluno aprender determinado conteúdo não significa que o tenha feito por meio de exercícios tradicionais impostos pelo projeto político pedagógico da escola ou pelo livro didático, mas, como aponta Possenti (1997), o domínio da linguagem resultará de práticas efetivas, significativas e contextuais. Um exemplo disso é a relação entre alunos e pais em suas próprias casas. As mães tendem a corrigir quando seus filhos falam de alguma forma que elas não aceitam, portanto, ouvindo repetidamente o que é padrão na língua, os alunos realizarão a compreensão e reflexão sobre o idioma, sendo que não há provas, exercícios, punições etc. em casa.

Possenti (2001), ao dar continuidade à pesquisa do ensino fundamental na escola, afirma que a razão pela qual as normas não são ensinadas em casa está relacionada a determinados valores sociais que podem ser discutidos no ambiente escolar.

Segundo Santos (2010), a educação escolar brasileira é baseada nas regras da gramática normativa, portanto, acaba condenando outras formas de linguagem como incorretas. Isso possibilita ao aprendiz aprender mecanicamente o que se diz

"correto" e ignorar as peculiaridades linguísticas, sociais e culturais da língua portuguesa.

Os professores costumam usar exercícios e textos nos quais o aluno deve ler, enfatizar ou distribuir certas palavras, orações, etc. No entanto, esse tipo de prática não exige que o aluno saiba por que esses elementos específicos são usados no texto e que influência podem ter sobre ele.

Para Antunes (2003), não adianta o aluno saber que existe algum tópico indefinido em uma frase, por exemplo, pois no ensino de línguas é muito mais importante reconhecer que efeitos práticos os alunos podem alcançar com aquele tipo de disciplina.

Diante desses fatores, fica claro que a forma como a gramática é ensinada é fundamental para o processo de aprendizagem do aluno, e essa forma de ensino inclui também os princípios da compreensão. Em um texto escrito, espera-se que o aluno use os tempos verbais apropriadamente por causa das sequências de texto – que estabelece relações de tempo lógico, usando conectores apropriados – e faça conformidade verbal e nominal, inclusive nos casos em que houver inversão de sintaxe ou distanciamento entre o sujeito e o verbo.

Porém ao observar as aulas de Língua Portuguesa, é possível perceber que as regras são comunicadas aos alunos conforme aparecem na gramática normativa, abrangendo todos os conteúdos relacionados a acordos, incluindo exceções e casos especiais.

Por meio dessa prática de ditar todas as regras existentes na gramática, a escola perde tempo na nomeação e não leva em consideração, conforme Antunes (2003), o fato de que os alunos devem usar a língua nas diferentes espécies que o compõem, por exemplo, critérios de definição necessária para elaboração de revisão, resumo, notificação, entre outros.

Segundo Antunes (2003), existe uma contradição entre a incapacidade dos alunos de escrever textos textuais e o ensino de línguas gramaticais e normativas, pois existem inconsistências gramaticais que são expostas para incentivar os alunos a não terem preconceitos contra o não cumprimento da norma padrão.

Fica claro nas considerações do autor que há uma contradição na aprendizagem do aluno, por um lado é bastante claro que muitos alunos se formam no Ensino Médio sem saber escrever em uma variante de prestígio, criando um

estigma. Por outro lado, pode ser visto que a forma como a gramática é ensinada nas escolas está diretamente relacionada às dificuldades dos alunos.

Ainda conforme Antunes (2003), as perspectivas do ensino da língua materna devem ser ampliadas, pois a língua é a produção e expressão de sentido, bem como a representação social e cultural e atividades de interação e intervenção. Portanto, não é suficiente ensinar apenas regras gramaticais inerentemente linguísticas.

Conforme afirma Geraldi (1997), a linguagem não é dominada pela agregação de vocabulário ou pela memorização de um conjunto de regras estruturais. A aprendizagem da língua se dá pela reflexão sobre ela, pela interação e mediação, bem como pela adaptação de competências socio-internacionais, que as pessoas negociam umas com as outras.

O ensino tradicional, segundo Geraldi (1997), não leva em consideração o fato de que todo falante nativo já conhece e internaliza sua língua, basta desenvolvê-la e praticá-la em outras situações, com outras pessoas, fora de seu universo doméstico.

O professor não deve ter medo da inovação e deve acreditar em uma nova formação da língua em que não só as regras impostas e estabelecidas nos livros didáticos devam ser adotadas, mas também que haja uma necessidade de se adaptar às teorias da língua para que haja preparação e posterior planejamento das aulas.

Não é diferente quando se ensina aos professores que não devem apenas impor regras gramaticais a seus alunos. Segundo Oliveira (2011), a sensibilização do aluno é o que o faz aplicar corretamente as regras em seu trabalho textual, ou seja, os alunos conhecem as regras, mas precisam de reflexão para aplicá-las adequadamente em suas aulas. Segundo Baccega (1994), certos elementos que a própria linguagem fornece e que ajudam o aluno a compreender e introduzir em suas habilidades de comunicação não devem ser subestimados na adesão ao ensino.

Em consonância com essas reflexões, fica claro que a maior dificuldade dos alunos em compreender e saber quando e como usar a concordância é que os professores apenas ditam um grande número de regras de concordância verbal e nominal existentes.

O papel do professor é, portanto, além de agregar novos conceitos sobre concordância, de sensibilizar os alunos para esse fenômeno, evitando lacunas comuns. O fato de certas variações serem aceitas não significa que os alunos não tenham permissão para aprender a língua padrão, conforme argumentado por Scherre (2005), isso não significa que estejamos dizendo que as pessoas não têm o direito de

aprender os padrões padrão ou que não precisam aprender a escrever de acordo com as convenções de seu tempo. Ensinar a norma padrão e ensinar uma redação eficaz é responsabilidade do Estado e muito importante em situações mais formais.

3.2 DIFERENCIAL DO DESEMPENHO NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

A principal dificuldade em medir a diferença de desempenho entre instituições públicas e privadas é que pode existir uma tendência de seleção quando os pais escolhem as escolas, diferindo em relação às qualidades não perceptíveis. Ponderando sobre essa conjectura, idealmente, esse problema seria resolvido por meio de um experimento em que alunos de escolas públicas e privadas fossem selecionados aleatoriamente.

Devido à óbvia dificuldade em conduzir este tipo de experimento, é necessário aplicar métodos de avaliação à pesquisa observacional. As técnicas de avaliação dos trabalhos observacionais estão vinculadas à determinação de pressupostos de identificação. Um ponto de vista possível seria empregar uma variável instrumental que, sob circunstâncias determinadas, possibilitaria a identificação do efeito de interesse.

O obstáculo, nesse caso, é o de achar uma variável que atenda a essas condições, ou seja, que esteja correlacionada com a escolha do tipo de instituição e a qualquer variável não observável referente ao desempenho escolar. A complexidade em conquistar boas ferramentas para essas abordagens é pertinente porque o problema causado por ferramentas falhas pode ser muito maior do que o viés de seleção que tenta-se eliminar.

Por exemplo, no caso dos Estados Unidos, existem vários estudos que empregam a religião do aluno como ferramenta, levando em conta que historicamente a maioria das escolas particulares do país são católicas. No entanto, é difícil garantir que tal instrumento não esteja correlacionado com resultados de aprendizagem não observáveis dos alunos. Por exemplo, se as famílias católicas geralmente são mais difíceis de exigir notas melhores, a religião não é mais uma boa ferramenta.

Se houver uma variável para a qual a suposição de ortogonalidade com o não observável for válida, pode-se estimar o diferencial usando o procedimento de duas etapas de Heckman como em Cunha e Cintra (1985). Nesse caso, o impacto da

política de bolsas faz com que alguns alunos que normalmente escolheriam uma escola pública optem por uma escola privada. As ferramentas são então usadas em conjunto com a hipótese de monotonicidade para determinar uma diferença de notas apenas para aquele subgrupo de alunos.

Atualmente, os problemas educacionais estão associados a mudanças sociais frequentes, implicando na escolha de referências seguras. As transformações geram incertezas, mas também podem trazer oportunidades (BECHARA, 2009).

A ideologia do fatalismo atrapalha o desenvolvimento e dinamiza o discurso neoliberal, e tenta convencer de que nada pode ser feito contra a realidade social. Partindo desse pressuposto, a única solução da prática educacional é adequar o aluno à realidade que não pode ser mudada (BECHARA, 2009).

A educação é um movimento de busca constante que leva o homem à oportunidade de aprender não apenas a se adaptar, mas também, em particular, a mudar a realidade, como por meio de intervenções e recreação.

Em vários estágios, o ensino desafia a localização da aprendizagem e das pessoas de forma mais ampla, começando com o próprio *curriculum vitae* para aprimorar suas habilidades em face da incerteza e para compreender melhor os eventos sociais contemporâneos.

Porém, para que a educação seja melhor, deve-se superar alguns obstáculos para garantir a transformação social, a igualdade entre as pessoas, o respeito, a justiça e a importância de todos na formação coletiva. No Brasil, houve um atraso de mais de 100 anos antes de aceitar que a escola pública não deveria ser para poucos, mas para todos, assim, nem todas as garantias de direitos e obrigações previstas em nossa Constituição são cumpridas.

Embora o acesso à escola seja preferido por todas as crianças, adolescentes e adultos no Brasil, ainda existem desigualdades em relação às escolas privadas, materiais de apoio, dedicação do corpo docente, presença da família e outras oportunidades educacionais diversas (BECHARA, 2009).

A educação, a especificidade humana, passa a ser um ato de intervenção no mundo, visando mudanças em diversos setores da sociedade, no campo da economia, relações interpessoais, propriedade, direito ao trabalho, educação e saúde. Mudar é difícil, mas possível, e para que a mudança ocorra é preciso engajar-se em atividades políticas e pedagógicas, para que novos projetos educacionais surjam em todos os setores da educação.

A psicologia educacional trata da preparação de um psicólogo escolar para a convivência, com a eterna crise da educação que reflete os conflitos de uma sociedade complexa e contraditória que busca encontrar soluções possíveis e reais que sejam comuns a todos e a todos (BECHARA, 2009).

Observando o paradigma educacional do século 21, as competências do psicólogo serão maiores e focadas no aspecto sensível, na intuição, na capacidade de correr riscos e na integração de fatos e informações, levando em consideração a era da linguagem digital, da realidade virtual e do pensamento visual.

Para situar a dimensão psicológica na prática educativa, é preciso articular a questão da ordem dos objetos e instituições que entrelaçam o indivíduo com a comunidade. É necessário conviver em sociedade com a complexidade da organização institucional em um mundo em constante transformação, que conjectura uma consciência crítica para compreender de forma mais clara essa organização, buscando ajudar as instituições de ensino a criar maneiras possíveis e viáveis de resolver problemas.

Os fatores determinantes das habilidades cognitivas se enquadram em duas grandes categorias: relacionadas ao espaço e edificação da escola e relacionadas à família e ao aluno de forma individual. Uma pesquisa empírica realizada entre 1950 e 1960, em países como Estados Unidos, Inglaterra e França, apresentaram que os fatores fora da escola explicam as desigualdades observadas no desempenho dos alunos mais do que os fatores dentro da escola.

Em especial, mostrou-se que tanto o acesso à educação quanto os resultados de aprendizagem estão forte e diretamente relacionados às características sociais dos alunos, como classe social e cultura. Nos Estados Unidos, a obra ficou conhecida como The Coleman Report, uma pesquisa com milhares de estudantes norte-americanos, e como Plowden Report, na Inglaterra. Na França, o Ined, a agência governamental para pesquisas demográficas, realizou uma ampla pesquisa longitudinal (1962-1972) para verificar as diferenças no acesso ao estudo (LIMA, 2011).

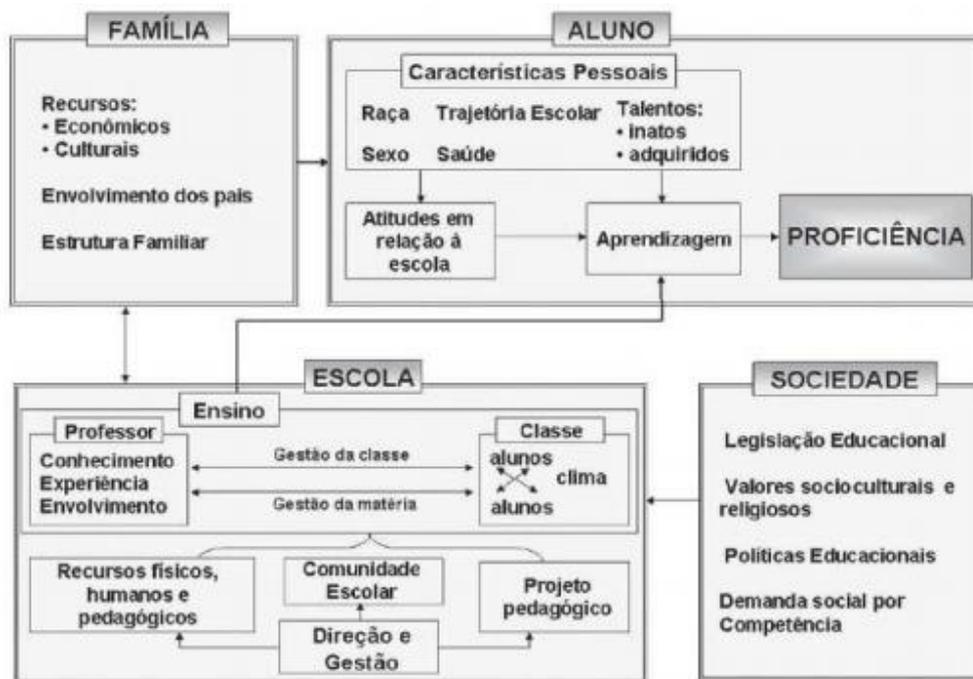
Soares (2004) mostra que em diversos países da América Latina, incluindo-se o Brasil, diferentemente dos países desenvolvidos, mesmo quando os resultados são orientados conforme o nível socioeconômico dos alunos, a infraestrutura física escolar e os fundos disponíveis nas escolas parecem ser características essenciais para o desempenho acadêmico dos alunos. Entre eles, estão os aspectos físicos da escola,

infraestrutura predial, presença, condição e uso de espaços pedagógicos, como bibliotecas, salas de leitura, salas de aula e pequenas bibliotecas dentro das salas de aula (BECHARA, 2009).

Segundo Soares (2004), as condições que instigam as habilidades cognitivas do aluno vêm de três grupos: da família, do próprio aluno e da escola. Sendo que a família sugestiona a própria estrutura, a participação no processo de aprendizagem e a viabilização de recursos financeiros e culturais; o aluno, com suas marcas de personalidade e atitude com relação à escola; e a escola, com funcionários qualificados, metodologia de ensino, meios físicos e pedagógicos, direção e metodologia de gestão e particularidades das aulas.

Influenciam ainda os fatores do último grupo a existência de uma sociedade que exige competência, valores culturais e religiosos e até mesmo uma política educacional. A Figura 3 representa o modelo conceitual exposto pela autora.

Figura 1 - Modelo conceitual



Fonte: Soares, 2004.

3.3 FATOR ESCOLARIDADE

A variável "escola" sempre despertou o interesse de sociolinguistas que procuram verificar como essa variável se correlaciona com os fatores linguísticos e quais são as limitações dessa correlação. Considerando que a escola suscita padrões e normas linguísticas, estéticas e morais, pode-se afirmar que o predomínio dessa variável está correlacionado com os mecanismos de promoção ou resistência à mudança (BECHARA, 2009), revelando-se importante para os estudos sociolinguísticos variadores.

Um dos resultados alcançados é a inferência de que, nas classes da população brasileira que usufruem de direitos civis e possuem alto nível de escolaridade, o estigma de não haver uma regra de concordância inibe tendências ocultas de simplificação da estrutura morfossintática da linguagem. Entre os segmentos da base da pirâmide social, existe uma ampla gama de variabilidade decorrente do processo de transmissão irregular da língua portuguesa.

Lima (2011), realizando um estudo para observar a ordem do sujeito/verbo na comunidade, concluiu que “mesmo informantes discretos sem escolaridade favorecem ordem verbo-sujeito” (p. 106) e, dessa forma, essa ordem parece motivar a falta de marcas na concordância verbal. Portanto, pode-se dizer que os informantes analisados estão propícios a usar uma linguagem personalizada.

Bechara (2009) enfatiza em seu artigo que “parece que a presença ou não de concordância verbal não é afetada pelo grau de escolaridade do informante” (p. 320), ao contrário do que geralmente mostra a pesquisa. No trabalho citado, Santos (2010) pôde conferir o comportamento idêntico da variável "faixa etária" na "escola", concluindo que "há uma dependência muito forte de uma variável para outra", já que falantes de 8 a 10 anos estão no início de sua aprendizagem.

Soares (2004) chamou a atenção para a variável escolaridade, que tem impacto significativo na comunidade linguística estudada, “pois à medida que aumenta o nível de escolaridade desses falantes, o uso de formas que são trabalhadas nas escolas e percebidas como formas “corretas” e de prestígio social.

O controle da variável escolar é bastante repetitivo em sociolinguística. Não havendo critérios seguros para a divisão dos informantes em classes sociais, uma alternativa encontrada pelos pesquisadores da área foi a estratificação por nível de escolaridade. Para Rocha Lima (2011), os anos de aprendizagem individual e a

qualidade das escolas que frequentou também influenciaram seu repertório sociolinguístico. Esses fatores estão intimamente relacionados à condição socioeconômica da sociedade brasileira.

A diversidade na educação é importante para a análise do fenômeno estudado neste trabalho devido à exclusão de grande parte da população brasileira do direito à educação formal, o que resulta na falta de domínio da língua padrão (de prestígio), discriminação linguística e não pertencimento a classes sociais mais altas. Portanto, a presença de variantes linguísticas de prestígio está socialmente correlacionada com a variável educação.

3.4 FATOR LOCALIDADE

O fator social "localidade", que também pode ser descrito como "regional" ou "geográfico" e está relacionado às "diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observadas entre pessoas de diferentes origens geográficas" (BAGNO, 2003), acaba sendo igualmente importante, pois o estudo desse fator pode revelar possíveis diferenças e conseqüentes alterações em uma linguagem que muda gradativamente ao longo do tempo.

Pode-se constatar a realidade de que existem diferenças na fala do indivíduo residente em uma capital e no interior do estado, ou na cidade e no campo. Pesquisas sociolinguísticas mostram que falantes de capitais e cidades, em comparação com pessoas do interior e do campo, usam geralmente a norma padrão, enquanto os usuários do interior e do meio rural, a usam com menos frequência.

No estudo de Vieira (2007), destacou-se o lugar de inserção do informante. Realizando no norte do Rio de Janeiro, esse trabalho explorou a terceira pessoa do plural em dialetos populares de três comunidades pesqueiras, encontradas no rio Paraíba do Sul. O *corpus* investigado foi formado por dezoito consultas do arquivo sonoro do projeto Atlas do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que foram distribuídas nessas comunidades.

Depois da análise dos dados, notou-se uma diferença no comportamento linguístico dos falantes dos municípios analisados. São João da Barra, município do litoral do estado, teve menor chance de discordar (0,34), seguido por São Fidélis (0,42), longe da costa. Itaocara, a cidade mais afastada da costa, exibiu a maior discordância (0,76).

A variável de localização é pouco estudada em estudos em que as diferenças entre nenhuma e nenhuma nota da concordância verbal são examinadas, em contraste com a variável de educação que tem sido estudada com frequência e é considerada uma variável significativa na aplicação desta variação.

3.5 FATOR CLASSE SOCIAL

A diferenciação das classes sociais é muito importante neste estudo, pois no Brasil o nível de escolaridade da população está diretamente relacionado às questões de classe social, visto que quanto maior a classe social a que o indivíduo pertence, maior o seu nível de escolaridade. Uma vez que nem todos têm acesso aos estudos, e quando têm, é significativamente menor (na maioria dos casos de qualidade inferior) em comparação com o ensino oferecido por uma escola privada, a diferença marcante entre a escola privada e a pública, agrava ainda mais a desigualdade entre camadas sociais.

Uma classe social é um grupo de pessoas com *status* social semelhante de acordo com vários critérios, principalmente econômicos. Pode-se dizer também que a divisão da sociedade em classes é consequência dos diferentes papéis que os grupos sociais desempenham no processo de produção.

Atualmente, com o desenvolvimento do sistema capitalista industrial e pós-industrial, a classificação geral das classes sociais está dividida em três níveis: baixo, médio e alto, com subníveis dentro dessas classes, podendo variar para cada país. A maioria das tabelas de classificação e estratificação social segue os princípios da classificação por margem financeira, ou seja, por renda familiar, segundo a FGV, mas a classificação ideal seria para ativos disponíveis, e não renda (FGV, 2008).

O termo nível sociocultural tem um escopo muito amplo e, dependendo da perspectiva teórica, é um tanto complicado especificar e definir seu significado e para isso criamos instrumentos para medir e classificar certos grupos sociais para caber em uma categoria específica.

Essa dificuldade se deve à possibilidade de mudança e evolução sociocultural, ou seja, a sociedade passa por um processo de reorganização estrutural e é influenciada ao longo do tempo, criando uma nova estrutura.

De acordo com Cunha e Cintra (1985), é possível que a influência da variável educacional reflita de fato a ação da variável de classe social. Nesse caso, as

consequências são ainda mais perversas, uma vez que as variantes linguísticas não são modificadas, mas as pessoas que não têm variantes linguísticas específicas são excluídas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse estudo, os procedimentos metodológicos aplicados são os proporcionados principalmente pela Teoria da Variação (LABOV, 1972, 1994, 2001), já descritos no capítulo 3. Este capítulo inclui a evidenciação dos objetivos e das hipóteses que direcionaram este trabalho, assim como das variáveis e dos grupos de fatores (linguísticos e extralinguísticos) avaliados e dos procedimentos que se relacionam com a composição da amostra, da coleta e do tratamento dos dados.

4.1 PESQUISA VARIACIONISTA

Este estudo considerará qualquer sintagma verbal e nominal que expõe marca formal de número em um dos seus elementos. Esses sintagmas podem ser compostos por duas ou mais palavras (ex.: as flores; as flores cheirosas, as únicas flores cheirosas/nós compramos etc.) e tanto o seu componente nuclear quanto os componentes à margem direita e esquerda do núcleo desse sintagma serão analisados.

Neste trabalho, serão desconsiderados os sintagmas complexos, pois eles são de outra categoria. Dessa forma, os sintagmas compostos por termos semanticamente plural seguidos de preposição não farão parte do *corpus* desta pesquisa (exemplo: um tanto de coisas). A escolha feita advém da análise de outros estudos que investigaram dados dessa natureza e precisaram ser refeitas com a exclusão desses sintagmas complexos. Ao que parece:

...os sintagmas nominais partitivos desfavorecem a morfologia de número (Princípio Funcionalista da Economia Linguística), pois, como já carregam em si a noção de plural, a presença da marca formal -s seria uma redundância. Além disso, sabe-se que a preposição bloqueia a ocorrência de variante -s nos substantivos subsequentes, como ocorre nos casos de plural de palavras e locuções como pés-de-moleque, doces de leite, maçãs do amor, mesmo nas locuções verbais (Ele andou a falar/Eles andaram a falar). (MARIANO, 2013, p. 73)

Dados como nomes de cidades, de estados e de países (ex.: Montes Claros, Patos de Minas, Sete Lagoas etc), por serem formas consolidadas, também não foram utilizados nesta pesquisa, assim como outros sintagmas nominais que usualmente só

manifestam-se no plural por estarem consolidados na língua (ex.: por essas e outras), casos de *pluralia tantum*² (ex.: núpcias, parabéns) e também sintagmas nominais que são formados por um sintagma nominal preposicionado (ex.: foram para a sala em fila), visto que compreende-se que esses sintagmas não representam exemplos de sintagmas nominais simples.

4.2 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* desta pesquisa é constituído por redações que serão utilizadas para fornecer os dados para a pesquisa. As redações foram coletadas em escolas públicas e privadas da cidade de Belo Horizonte, de alunos de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II. Todas essas redações foram escritas pelos alunos como forma de avaliação em sala de aula em 2019 e 2020 e não foram aplicadas pela pesquisadora, tendo sido concedidas pelos professores de Língua Portuguesa responsáveis pelas turmas. Torna-se oportuno registrar que as redações não apresentam um gênero ou tipologia comum, ou seja, as redações produzidas abordam diferentes temas e são de variados gêneros e tipologia textual.

Desse modo, para a coleta de dados desta pesquisa, quatro escolas propiciaram as redações. O quadro 2 a seguir registra como ocorreu a formação desse *corpus*. Registra-se também aqui que era intenção da pesquisadora coletar quarenta redações de cada ano escolar, sendo vinte redações redigidas por alunas e vinte redigidas por alunos, o que só foi possível coletando redações de 2019 e de 2020.

É válido ressaltar também que as escolas tiveram seus nomes omitidos com o objetivo de preservação da identidade da escola e dos professores que amistosamente concederam as redações para a pesquisa. Desse modo, para maior compreensão, as escolas particulares foram chamadas de CP (colégio particular) enquanto as escolas públicas foram intituladas como EM (escola municipal).

² “(...) são aqueles plurais que expressam amplitude e apresentam um correspondente no singular muito pouco usual ou cuja marca de número perdeu sua funcionalidade.” (MARIANO, 2013, p. 59-60)

Quadro 2 - Ano escolar / Gênero

Ano escolar / Gênero				
Escola	8º ano		9º ano	
	F	M	F	M
CP1	20	20	20	20
CP2	20	20	20	20
EM1	20	20	20	20
EM2	20	20	20	20

Na totalidade, foram analisadas 320 produções textuais, sendo 160 de instituições públicas e 160 de instituições privadas. Considerando o fator localidade, foram selecionadas quatro escolas, sendo duas particulares e duas públicas, uma na região Centro-Sul, duas na região da Pampulha e uma na região Norte. Por ano escolar, há 160 redações no 8º ano e 160 redações no 9º ano.

4.2.1 VARIÁVEIS

Sob a concepção da sociolinguística variacionista, pode-se definir a variação linguística como uma das propriedades universais das línguas naturais que coexiste com forças de estabilidade. Conforme Labov (2001), em estudos sociolinguísticos, há a exigência de que se estabeleçam fatores tanto de ordem linguística quanto de ordem extralinguística (sexo, faixa etária, escolaridade, procedência, dentre outros) para potencial compreensão dos fenômenos que compreendem a variação. Naro (2003) evidencia que grande parte do sucesso no trabalho do linguista encontra-se exatamente nesse discernimento:

cabe [ao linguista] a responsabilidade de descobrir quais são os fatores relevantes, de levantar e codificar dados empíricos corretamente, e, sobretudo, de interpretar os resultados numéricos dentro de uma visão teórica da língua. (NARO, 2003, p. 25)

Dessa forma, apenas a quantificação dos dados não se define como ciência, pois os dados precisam, além de serem coletados e analisados de forma estatística, terem mensurados seus fatores significativos, que devem ser separados e investigados pelo pesquisador, com a intenção de que qualquer estudo que esteja em progresso possa se beneficiar com os resultados adquiridos. Por meio dos grupos de

fatores linguísticos ou extralinguísticos, pode-se justificar a discrepância entre a aplicação ou não aplicação de determinada variante, ou seja, a manifestação de variação pelos falantes de diferentes classes socioeconômicas.

No português brasileiro vernacular, o fenômeno da concordância é variável, portanto, é possível presumir que a língua está suscetível a fatores e/ou contextos que propiciam ou limitam a aplicação da variante padrão, de maior prestígio, -s, e da variante zero, considerada de menor prestígio e estigmatizada pela sociedade. Ambas as variantes são recorrentes na língua portuguesa e, por estarem condicionadas a fatores e/ou contextos linguísticos ou não linguísticos (sociais), são denominadas variantes dependentes. Os grupos de fatores agem no fenômeno da concordância ao favorecerem ou não favorecerem a aplicação da regra formal de número, sendo eles fatores de ordem estrutural, linguística, ou social, não linguística.

4.2.1.2 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

As variantes de ordem estrutural, isto é, as variantes linguísticas, serão discutidas aqui primeiramente. É importante, também, ressaltar que as variáveis estão separadas apenas por critérios metodológicos, mas que os fatores se mesclam.

Outros estudos relevantes sobre o fenômeno da concordância (SCHERRE, 1988; MARIANO, 2013) foram essenciais para a escolha das variáveis desta pesquisa. Com base nesses autores, tornou-se evidente a representação desses fatores linguísticos para a aplicação da variante padrão ou da variante zero, explicitando como um fenômeno de variação de uma língua pode ser sistematizado. Conforme Scherre e Naro (2006):

As construções em [1], [2] e [3] ilustram a variação da concordância de número nominal e verbal no português brasileiro falado. A simbologia Ø reflete a confluência formal entre o zero plural e a morfologia do singular em português, caracterizada pelo morfema zero.

[1] Concordância verbo/sujeito

... Cumé que eles VIVEM lá fora?... (variante explícita)

... Eles VIVEØ dizem isso... (variante zero)

... Eles nunca QUEREM, sabeØ... (variante explícita)

... Esses cara hoje só QUÊØ curtí mesmo, néØ... (variante zero)

[2] Concordância entre os elementos do sintagma nominal

oS freguesES; aS boaS açÕES; essaS coisaS todaS (variantes explícitas)

aS codornaØ; aS portaØ abertaØ (variantes explícitas e variantes zero)

essaS estradaS novaØ; doØ meuS paiS (variantes explícitas e variantes zero)

- [3] Concordância nos predicativos e participios passivos
 ... os meus filhos foram AMAMENTADOS ... (variante explícita)
 ... os meus filhos foram ALFABETIZADOØ ... (variante zero)
 ... as coisas tão muito CARAS, néØ ... (variante explícita)
 ... que as coisaØ táØ CARAØ, num dá mesmo ... (variante zero)

Como já vimos antes, a variante de prestígio é a considerada padrão, no caso da concordância, a variante explícita de plural, enquanto a variante zero é estigmatizada e julgada pelos falantes e pelo conceito de “língua tradicional” e considerada como “errada”. Estudos variados, entretanto, têm apresentado registros acerca da variação de concordância de número no português brasileiro como sendo metodicamente orientada por limitações linguísticas e não linguísticas.

Neste trabalho, consideraremos duas variáveis linguísticas. Uma das variáveis linguísticas aqui considerada é a variável posição linear e relativa do constituinte no sintagma, que analisa a posição que o item investigado ocupa dentro de um sintagma, com a intenção de conferir a possível intervenção que a posição ocupada por esse item pode gerar em relação à presença da variante -s ou da variante zero. A suposição é que os elementos mais à esquerda do sintagma verbal ou nominal favorecerão a aplicação da variante padrão, ao passo que os termos que ocupam a posição mais à direita desfavorecerão o uso dessa variante, de acordo com que a literatura sobre o tema tem apresentado (SCHERRE, 1988; MARIANO, 2013).

Considerando o grupo de fatores linguísticos, no caso da concordância verbal, a hipótese é a de que se a quantidade de material (vocábulos) entre o sujeito e o verbo for maior ou se a distância entre as orações também for maior, a probabilidade de ocorrência da ausência de concordância verbal também será mais elevada, no caso de menor quantidade de material interveniente entre o sujeito e o verbo, haverá mais possibilidades de a concordância ser aplicada. Dessa forma, para que a verificação dessa hipótese na amostra fosse realizada, foram estabelecidas as categorias “sujeito imediatamente anteposto”, “sujeito anteposto pouco distante”, “sujeito anteposto muito distante”, “sujeito anteposto expresso em oração anterior/próximo”, “sujeito anteposto expresso em oração anterior/distante” e “sujeito posposto”. Para ilustrar, a seguir há um quadro com exemplos retirados das redações considerando a posição do sujeito no caso da concordância verbal.

Quadro 3 - Classificação dos fatores pela função da posição do sujeito

Grupo	Fatores	Exemplos
Posição do sujeito em relação ao verbo	Sujeito imediatamente anteposto	“O computador ensinava todo mundo”
	Sujeito anteposto pouco distante	“Sim aquelas que foram melhores”
	Sujeito anteposto muito distante	“Olha só, as meninas, tem que pensar no todo, falam mais”
	Sujeito anteposto expresso em oração anterior/próximo	“[os pais] aí compraram outro tênis”
	Sujeito anteposto expresso em oração anterior/distante	“sim, [eles] acharam que”
	Sujeito posposto	“Então todo grupos foram”

A segunda variável linguística aqui considerada foi a tipologia textual, buscando-se verificar como a tipologia textual pode exercer impacto sobre a aplicação da concordância de plural, observando se há algum fator condicionante em relação ao tipo de texto em que estão localizados os sintagmas coletados que favorece ou desfavorece a aplicação ou a não aplicação da variante padrão -s. O estudo de Mariano (2013), foi fator decisivo pela consideração dessa variável, pois o autor encontrou resultados entre essa variável ao cruzá-la com a variável ano de escolaridade em sua análise. O autor notou favorecimento da regra formal de número nos textos dos alunos do 8º ano, gerado pelo maior número de produções em que a tipologia textual era argumentativa. Mariano (2013) apresentou também que o texto argumentativo se mostra como mais formal por solicitar mais impessoalidade, precisar ser escrito em 3ª pessoa, mais objetivo e dever apresentar uma tese final e, por isso, a regra padrão de número pode ter sido favorecida. Logo, há a intenção de novamente averiguar se o fator tipologia textual pode influenciar no fenômeno da concordância.

Para análise do fator tipologia textual, foi considerado o trecho em que os dados coletados se localizavam nas redações, portanto uma mesma redação poderia ser enquadrada em mais de um tipo textual, o que não aconteceu. Para análise desse fator, considerou-se cinco tipologias textuais – narração, descrição, argumentação, exposição e injunção – conforme Marcuschi (2002).

4.2.1.3 VARIÁVEIS NÃO LINGUÍSTICAS

O meio social afeta diretamente os fenômenos de uma língua e, para que se compreenda como isso acontece, torna-se necessário observar também as variáveis não linguísticas. Já na década de 1960, ainda nos primórdios das pesquisas sociolinguísticas, os primeiros linguistas investigavam a razão de crianças de classes sociais mais baixas apresentarem pior desempenho escolar do que as crianças de classes sociais médias e altas. Averiguou-se que essa desigualdade de rendimento devia-se aos fatores externos à língua, como o pouco letramento com o qual as crianças de baixa renda conviviam diariamente no seu núcleo familiar (BORTONIRICARDO, 2014). Logo, constatações realizadas analisando-se uma questão linguísticas podem estar diretamente relacionadas a questões de categoria social que envolvem os alunos. Desse modo, torna-se fundamental ampliar a visão para fatores não linguísticos para que se possa compreender a forma que se comportam as mais variadas formas linguísticas em diferentes contextos sociais.

Considerando-se também críticas realizadas à sociolinguística para defender a realização de estudos que correlacionem variantes linguísticas a fatores não linguísticos, Lucchesi (2012) apresenta o fato de que muitas generalizações realizadas em estudos sociolinguísticos não se vinculam à dimensão social da língua, ao afirmar que “a explicação do condicionamento social dos processos de variação e mudança assenta na relação mecanicista entre as variantes linguísticas e os fatores sociais, considerados de maneira a-histórica” (LUCCHESI, 2012, p. 799). Logo, os resultados das variáveis sociais devem considerar a importância de não se apresentarem resultados universalizantes sem atentar-se ao contexto socio-histórico em que foi realizado o estudo.

Para esta pesquisa, foram consideradas quatro variáveis não linguísticas, ou extralinguísticas: nível de escolaridade, sexo, natureza da instituição e localidade das escolas.

Variável 1: nível de escolaridade

Essa variável deseja observar se um ano a mais de escolarização influencia na utilização da variante de concordância pelos alunos. Como os dados coletados foram de alunos do Ensino Fundamental II (8º ao 9º ano), são apresentadas duas variantes

para essa variável: 8º ano e 9º ano. Como já vimos por meio da literatura sobre a concordância, essa variável é relevante justamente pelo fato de a concordância ser um fenômeno comumente relacionado ao nível de escolaridade. Isto posto, o propósito aqui é o de verificar se o aumento de um ano escolar, a conclusão de um ano do EFII, gera crescimento no nível de aplicação da variante padrão considerando a força normativa que a escola exerce.

O ensino das regras de concordância usualmente ocorre a partir do 6º ano do EFII, de forma superficial e mais prática, sendo que no 9º ano é que esse tema é consolidado em sala de aula. De acordo com Mollica (2003), quando há uma instrução sobre o fenômeno da concordância e suas regras, há um aumento em relação à aplicação da regra formal de número. Logo, é esperado que os alunos do 8º ano ao chegarem no 9º ano apliquem de forma mais recorrente a marcação da concordância padrão.

Variável 2: sexo

Como fator decisivo para a escolha do grupo de fatores sexo, recorre-se à relevância da característica desigualdade de sexo como condicionante para a heterogeneidade linguística. Conforme afirma Callou (1987, p. 143), “as mulheres adotam mais prontamente que os homens as formas novas”, portanto busca-se comprovar se o desempenho do sexo feminino será realmente diferenciado, já que elas mantêm-se como detentoras das formas canônicas, ainda que sejam suscetíveis à posturas mais arrojadas socialmente. Ainda de acordo com Callou, “as mulheres, em nossa sociedade, generalizadamente, são mais conscientes das formas de *status* que os homens”, ou seja, o autor considera que sejam mais subordinadas aos padrões.

Esta pesquisa, no entanto, não pretende discutir o papel social diferente de homens e mulheres em nossa sociedade, já que nosso *corpus* foi constituído por redações de crianças e adolescentes. Portanto, o papel social para ambos os gêneros/sexos dos produtores das redações é semelhante: estudantes de nível Fundamental II, que ainda não sofrem as pressões sociais como os adultos, não são chefes de família ou donos de casa, não apresentam “rótulos” que os definam, estão em processo de autoconhecimento. Assim, mesmo tendo neste trabalho falante do gênero/sexo masculino e feminino desempenhando papéis sociais semelhantes na

escola, tornou-se interessante investigar a influência dessa variável para o fenômeno da concordância, conferindo de que forma a aplicação da regra de número no português brasileiro pode estar vinculada ao sexo de estudantes. A hipótese é a de que essa variável não demonstre desempenho expressivo para a aplicação da variante -s ou da variante zero, considerando que esse é um fenômeno estigmatizado e, por isso, supõe-se estar mais relacionado ao nível de escolaridade e à classe social.

Variável 3: natureza da instituição

As redações elaboradas em sala de aula, na própria instituição de ensino ou em casa (em regime à distância), como modo de avaliação, foram base para a coleta de dados deste estudo. Dessa forma, a terceira variável não linguística averiguada se associa ao tipo de instituição, pública ou privada, em que estudam os alunos que redigiram as produções do *corpus*. A importância dessa variável social se refere aos subsídios que ela pode dar para comparação e debate acerca das desigualdades e paridades de ensino e metodologia de cada tipo de instituição, além de possibilitar que seja traçado o perfil socioeconômico dos estudantes de cada escola.

A hipótese inicial é a de que em instituições particulares, considerando-se uma maior exigência da norma culta devido à tradição gramatical e à cobrança dos pais sobre a necessidade de se “dominar a língua”, os alunos dessa instituição manifestem um maior nível em referência à aplicação da variante padrão. Por outro lado, os alunos de instituições públicas podem ter como influência metodologias menos conservadoras, devido à menor exigência por essas instituições e à maior liberdade de ensino dos professores. Além disso, há também menor exigência dos pais em referência ao “domínio da língua”.

Considerando-se essa menor exigência normativa associada às instituições públicas, pode-se elencar como razões o curso obrigatório para professores classificados por concurso na rede municipal de Belo Horizonte – que deixa evidente que há prevalência do domínio da leitura e escrita, focando-se em habilidades fundamentais à interpretação e produção de texto, sem foco em conteúdos voltados já para o Enem e vestibulares –, além do próprio material didático oferecido pelo governo que direciona as atividades de forma diferentes das instituições particulares.

Destaca-se como fator diferenciador das escolas públicas e particulares, além das questões metodológicas, aspectos de infraestrutura e espaço, que não proporcionam rendimento equilibrado às duas instituições. Além da estrutura física, escolas públicas são defasadas de instrumentos tecnológicos, materiais didáticos, apoio psicológico e contam, muitas vezes, com um baixo número de professores por aluno. As escolas particulares, em contraponto, em caso de ausência de professor, possuem monitores ou professores substitutos para substituir adequadamente esse profissional. Instituições particulares são usualmente mais aparelhadas com materiais tecnológicos e aulas com acesso à Internet, sem considerar o ano atípico de 2020, em que os alunos de escolas particulares puderam continuar suas aulas sem grandes dificuldades. Por essa razão é que se nota muita divulgação dos alunos aprovados em concursos e vestibulares por escolas particulares, muitas vezes em primeiro lugar, enquanto as escolas públicas não têm suporte em relação à estrutura educacional necessária para que sejam alcançados bons resultados. Observa-se, nessas instituições, a dificuldade e o empenho dos professores para que seus alunos apresentem bom desempenho com o mínimo possível.

Outros fatores significativos sobre a discrepância entre essas instituições educacionais são as diferenças sociais, pois cada tipo de instituição alcança um público determinado, em que diferentes situações comunicativas são desempenhadas e os meios culturais e econômicos diferenciados. De forma mais frequente do que em escolas privadas, em escolas públicas, há mais famílias residentes em comunidades carentes, por vezes em um ambiente de violência e miséria, com condições financeiras abaixo do esperado para uma vida decente. Dessa forma, há a ocorrência de alunos de escolas públicas que demonstram dificuldades de aprendizado não receberem acompanhamento especializado que ajude no processo de aprendizagem escolar. Além disso, em seu cotidiano, recebem como influência a norma falada de sua comunidade, que pode fugir à norma padrão e prestigiada e têm pouco acesso à cultura letrada e ao teatro, ao cinema e a espaços culturais como museus e exposições; enquanto os alunos de escolas particulares estão inseridos em um ambiente com maioria de adultos com curso superior e comunidade letrada. Logo, esses estudantes relacionam-se com formas linguísticas características da norma padrão da língua, ocorrendo menor distanciamento entre a sua fala e a norma estimada socialmente.

Observa-se, portanto, que os resultados associados à instituição de ensino possuem forte vínculo com a situação socioeconômica da população brasileira, já que o ambiente escolar também representa o perfil social da comunidade em que frequenta. Há, desse modo, duas variantes para essa variável, a variante escola pública e a variante escola privada.

Variável 4: localidade das escolas

A quarta variável social analisa as regiões da cidade de Belo Horizonte em que estão inseridas as escolas nas quais estudam os alunos cujas redações serviram de *corpus* para este estudo. Um panorama sobre essas localidades será traçado para que seja possível verificar a interdependência entre localidade e classe social e a aplicação da variante zero.

Há o pressuposto de que a variante de maior prestígio seja mais empregada pelos estudantes das escolas particulares localizadas em região com maior nível socioeconômico, enquanto os estudantes das escolas públicas localizadas em região com menor nível socioeconômico façam mais uso da variante zero. Existe um evidente contraste socioeconômico entre as regiões que expõe a ampla desigualdade social presente em Belo Horizonte, mostrando que as oportunidades são diferentes para uns e para outros. Dessa forma, os alunos de regiões em que o convívio com a norma culta seja mais frequente podem ter mais convicência com a norma prestigiada e, por conseguinte, registrarem níveis mais elevados da variante -s.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 PROGRAMA ESTATÍSTICO RBRUL

A análise de dados desta pesquisa terá como ferramenta o Programa Estatístico RBrul (R Core Team, 2013), que potencializa o método de coleta, codificação e análise de dados. O Rbrul é um programa desenvolvido para auxiliar a investigação de fenômenos linguísticos variáveis e, se comparado ao GoldVarb-X, também muito usado em análises linguísticas, exhibe mais vantagens, como a oportunidade de se operar dados categóricos, o que não era possível no GoldVarb-X.

No Rbrul, além da possibilidade de realizar muitas análises estatísticas, não há a exigência de somente variantes binárias, não existe limite de caracteres para a recodificação de fatores e pode-se correlacionar fenômenos linguísticos com variáveis, além de também poder-se averiguar o comportamento individual acerca do uso de uma variante específica.

Como já mencionado, os dados usados nesta pesquisa foram coletados obedecendo às orientações para uma pesquisa sociolinguística, em escolas públicas e particulares de Belo Horizonte. Devido ao início da pandemia do coronavírus em 2020 e ao fechamento das escolas, entrevistas e gravações com alunos e professores, conforme pretendido pela pesquisadora em seu projeto inicial, foram substituídas pela análise de redações produzidas em sala de aula – conforme solicitado pelas professoras, sem interferência da pesquisadora. A análise de redações, entretanto, já consistia em parte principal da metodologia deste trabalho e prosseguiu com a cessão das redações por parte de diversas professoras que se interessaram por esta pesquisa.

De posse das redações, todas foram corrigidas pela pesquisadora e os desvios das normas de concordância verbal e nominal, registrados. Como são textos escritos, na codificação e análise, em todas as estruturas, os nomes e sujeitos foram identificados, não havendo contrapontos para a análise. Foram excluídos da análise os casos de infinitivos flexionados, pois infinitivos flexionados constituem uma área de debates tanto na gramática prescritiva quanto na gramática descritiva (NARO, 1981, p. 64), e os em que podem ocorrer variação mesmo na gramática normativa, como a

concordância do sujeito em casos como: a maioria de; um dos que; um e outro (por exemplo, em “a maioria estão comendo sobremesa”).

5.2 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Conforme já mencionado, este trabalho analisa a variação da concordância verbal e nominal no português brasileiro, focalizando a escrita de estudantes de Belo Horizonte, Minas Gerais, a partir da hipótese geral de que na escrita dessa comunidade, escolas públicas e particulares, a ausência de concordância é frequente e condicionada por fatores linguísticos e não linguísticos. Com base em observação assistemática, assumimos que a ausência de concordância é influenciada pela faixa etária, perfil socioeconômico e sexo.

Partindo do pressuposto de que a regra de concordância é variável, procuramos verificar se a variação focalizada constitui um caso de mudança em progresso ou de variação estável, se ocorre amplamente em ambientes formais (a escola) e se inclui diferentes perfis socioeconômicos.

Nas 320 redações analisadas, 160 de escolas públicas e 160 de escolas particulares, foram encontrados no total 827 casos de desvios de concordância, sendo 505 desvios de concordância verbal (61%) e 322 de concordância nominal (39%). Desse total, a maior parte dos desvios ocorreu por alunos de escolas públicas, mais precisamente 63% dos desvios totais de concordância.

Os dados coletados foram submetidos à análise no Programa Rbrul. O Rbrul indica a melhor rodada, mostrando as variáveis apontadas como relevantes para o fenômeno da concordância, apresentando também o peso relativo das variantes que compõem a variável. Sobre os termos utilizados para apresentação da análise, característicos do Rbrul, as conceituações para melhor compreensão serão apresentadas na sequência.

- Peso relativo (PR): valor resultante da análise probabilística da correlação entre as variáveis utilizadas, expondo a influência dos fatores investigados sobre a variante zero (variante escolhida como fator de aplicação).

- *Input*: valor que quanto mais próximo de 1, mais indica o favorecimento sobre a aplicação da regra.
- *P-value*: valor que indica a significância da variável para o fenômeno. O *p-value* abaixo de 0.05 indica que o resultado encontrado na variável selecionada é estatisticamente significativo.
- *Logodds*: valor que reflete a relação entre a variável dependente e as variantes daquele grupo de fator. Os valores negativos de *logodds* apontam uma correlação negativa, ou seja, um desfavorecimento daquela variante dentro do grupo de fator, enquanto os valores positivos demonstram um favorecimento. Logo, esses números estão ligados aos pesos relativos, apontando os fatores que condicionam ou não a ausência da marca de número.

Desse modo, as variáveis selecionadas pelo programa, na mesma ordem em que foram selecionadas, são: Posição linear e relativa no sintagma, Marcas no elemento precedente, Tipologia textual, Nível de escolaridade, Sexo e Natureza da instituição. Na próxima seção, os resultados serão explanados e será realizada a análise de cada uma das variáveis consideradas relevantes para o apagamento da marca -s de número.

5.3 FATORES LINGUÍSTICOS

5.3.1 POSIÇÃO LINEAR E RELATIVA NO SINTAGMA

Para essa variável, tomou-se como base como os elementos estavam posicionados dentro do sintagma, também considerando sua função nuclear ou não nuclear. Determinados fatores foram combinados por causa do pequeno número de dados observados nessas variantes.

SINTAGMA NOMINAL

No sintagma nominal, a 1ª posição equivale ao elemento pré-nuclear ou ao núcleo que se apresenta na primeira posição do sintagma nominal (SN), como em “**as**

meninas desenhavam” e “para elaborar **textos** escritos”; *pré-nuclear 2ª em diante* são apenas os elementos não nucleares de segunda posição em diante no SN, como em “para as **outras** crianças”; *núcleo de 2ª/3ª posição* são os elementos nucleares que se encontram na 2ª ou 3ª posição em diante no SN, como em “depois de comprar os **cadernos**” e “cozinhou umas dez **batatas**”, e os elementos pós-nucleares, independente da posição, como em “tinha os cabelos **loiros**” e “e os vestidos mais **longos**”.

Como o *p-value* dessa variável está abaixo de 0.05 (0.00238), confirma-se a sua importância para o fenômeno. Na Tabela 6, os resultados de cada fator podem ser conferidos:

Tabela 6 - Variável Posição Linear e Relativa do constituinte no sintagma nominal – variante zero

Posição linear e relativa do constituinte no SN	Ocorrência %	PR	Logodds
Pré-nuclear 2ª posição em diante	2/80 = 2,5	.31	- 0.738
Núcleo 2ª/3ª posição	8/194 = 4	.47	- 0.026
Pós-nuclear	5/48 = 10,5	.66	0.763
TOTAL	13/322 = 4%		
<i>p-value</i>	0.00238		
<i>Input</i>	0.003		

Os dados de 1ª posição foram retirados da rodada estatística, pois houve apenas 3 dos 298 dados de 1ª posição de apagamento da marca formal de número, ou seja, ocorreu somente 1% da variante zero nesses contextos, sendo que essa é a posição que mais favorece a aplicação da regra padrão de concordância de número.

Considerando os dados de 1ª posição, Mariano (2013) percebeu que eles podem ser observados tanto nos estudos de escrita quanto nos de fala, mesmo em falantes que possuem a língua portuguesa como segunda língua e tanto em crianças quanto em adultos. Dessa forma, nota-se que esse tipo de dados é natural da língua, não sendo uma questão de transmissão irregular da língua portuguesa – casos em que ocorre a perda da marca flexional. Além disso, a preposição, um elemento invariável, aparenta exercer influência e podendo restringir a marcação de número do primeiro elemento do sintagma.

Conferindo-se a variante Pré-nuclear 2ª posição em diante, percebe-se que esse fator também desfavorece a variante zero, verificando-se PR de .31 e *logodds*

negativo (-0.738). Para Scherre (1988), o que determina o favorecimento ou não da regra padrão de concordância nominal é a relação dos termos do sintagma nominal com o núcleo, e não a primeira posição no sintagma. Dessa forma, a autora diz que os elementos à esquerda do núcleo favorecem a marcação de número e os elementos à direita do núcleo favorecem a variante zero, o que também ocorreu neste estudo.

Observando agora o resultado da variante Núcleo 2^a/3^a posição, nota-se um PR de .47 e *logodds* negativo (-0.026). A variante pós-nuclear, por outro lado, revelou um PR de .66 e *logodds* positivo (0.763). Logo, pode-se compreender que o elemento mais à direita favorece o cancelamento da marca -s, enquanto os termos mais à esquerda favorecem a regra padrão de número. O resultado dessa análise corrobora a afirmação de Scherre (1988) de que termos pospostos ao núcleo desfavorecem a marca padrão de número.

SINTAGMA VERBAL

No sintagma verbal, foi focalizada a mudança relativa à concordância verbal, demonstrando a sistematicidade no efeito da variação posição linear. Foram consideradas para essa análise a posição relativa do Sujeito à esquerda mais próximo, Sujeito à esquerda mais distante, Sujeito à direita, Sujeito zero distante e Sujeito zero próximo.

Tabela 7 - Variável Posição Linear e Relativa do constituinte no sintagma verbal – variante zero

Posição linear e relativa do constituinte no SV	Ocorrência %	PR	<i>Logodds</i>
Sujeito à esquerda mais próximo ao verbo	222/318 = 70	0.60	0.750
Sujeito à esquerda mais distante do verbo	6/17 = 35	0.22	- 0.528
Sujeito à direita do verbo	5/15 = 33	0.12	- 0.294
Sujeito zero distante do verbo	56/64 = 88	0.80	0.894
Sujeito zero próximo do verbo	57/126 = 45	0.28	- 0.024
TOTAL	346/505 = 68,5%		
<i>p-value</i>	0.00346		
<i>Input</i>	0.004		

Observando os resultados para a variante Sujeito à esquerda mais próximo ao verbo e para Sujeito zero distante do verbo (0.894), verifica-se *logodds* que indicam favorecimento para a concordância verbal (0.750), comprovando a hipótese já

apresentada de que quando o sujeito está nessa posição no sintagma, é mais frequente a ocorrência da concordância verbal.

Quando o sujeito à esquerda está mais distante do verbo (-0.528) ou à direita do verbo (-0.294), notam-se *logodds* negativos, indicando desfavorecimento para a concordância verbal do sujeito nessas posições pelos estudantes.

No caso da variante Sujeito zero próximo do verbo (-0.024), o valor de *logodds* quase zero demonstra que a concordância verbal com o sujeito zero nessa posição ocorre e não ocorre quase na mesma frequência.

5.3.2 TIPOLOGIA TEXTUAL

A tipologia textual foi a última variável linguística analisada. O programa Rbrul verificou se há interferência da tipologia textual nas redações, considerando os trechos em que os sintagmas nominais e verbais se encontravam. Por meio da Tabela 8 a seguir, pode-se conferir que há contraste entre a tipologia injuntiva e as demais, e que em relação à produção e ao favorecimento ou desfavorecimento da aplicação da regra padrão de concordância. Dessa forma, percebe-se que as tipologias argumentativa, expositiva, narrativa e descritiva, todas com exceção da injuntiva, são tipologias que favorecem o uso da variante zero. O fato de o valor de *p-value* dessa variável estar abaixo de 0.05 (0.030) comprova a sua aceitabilidade para o fenômeno.

Tabela 8 - Variável Tipologia textual – variante zero

Tipologia textual	Ocorrência %	PR	Logodds
Argumentativa	6/149 = 4	.94	2.796
Descritiva	3/90 = 3	.82	1.336
Expositiva	5/140 = 3,5	.93	2.652
Injuntiva	0/1 = 0	.00	- 0.752
Narrativa	13/413 = 3	.85	1.946
TOTAL	27/827 = 3,5%		
<i>p-value</i>	0.030		
<i>Input</i>	0.003		

Por meio da tabela, percebe-se que quase não havia trechos injuntivos nas partes analisadas. Como não havia nenhuma redação que solicitasse aos alunos a produção de um texto com esse tipo textual determinado, que predomina em textos

como receitas, manuais e bulas, esse único dado apareceu por “acaso”. Por consequência, há apenas um dado correspondente a essa variável.

Verificando as outras variáveis, nota-se que foi favorecida a aplicação da variante zero, com pesos relativos de .94, .93, .85 e .82, as tipologias argumentativa, expositiva, narrativa e descritiva favoreceram respectivamente. Ademais, pode-se conceber uma sequência dos tipos textuais, elegeando os que mais facilitam o apagamento da marca formal de concordância para os tipos que menos proporcionam esse apagamento.

<u>+ favorece</u>			<u>- favorece</u>
argumentação	exposição	narração	descrição

5.4 FATORES NÃO LINGUÍSTICOS

Em relação aos fatores não linguísticos, foram considerados na análise o nível de escolaridade, o sexo e a natureza da instituição dos estudantes. Os resultados dessa análise apontaram os grupos de fatores nível de escolaridade, sexo, natureza da instituição e localidade das escolas como significativos.

5.4.1 NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A primeira variável não linguística analisada pelo programa foi a variável Nível de escolaridade. Essa variável leva em consideração a importância do ano escolar para o uso da regra de concordância. Observando a Tabela 9 a seguir, verifica-se, por meio PR e do valor de *logodds*, que a aplicação da variante zero foi desfavorecida pelos anos finais do Ensino Fundamental II (8º e 9º anos).

Tabela 9 - Variável Nível de escolaridade – variante zero

Nível de escolaridade	Ocorrência %	PR	Logodds
8° ano CP	3/156 = 2	.39	- 0.290
8° ano EM	10/268 = 4	.42	- 0.385
9° ano CP	5/150 = 3	.37	- 0.556
9° ano EM	11/253 = 4	.40	- 0.510
TOTAL	29/827 = 4%		
<i>p-value</i>	0.00227		
<i>Input</i>	0.003		

Verificando-se inicialmente o valor de *p-value*, percebe-se que essa variável é relevante para o apagamento da marca formal de número, pois *p-value* é um valor abaixo de 0.05 (0.00227). Sobre as variantes desse grupo de fator, constata-se que o 8° ano e o 9° ano com PR entre .42 e .37 e *logodds* negativos apresentam um desfavorecimento ao uso dessa variante estigmatizada. O resultado dessa análise indica que a aplicação da regra padrão de plural deve ser orientada pela instituição de ensino, já que um maior período de escolarização representa maior aplicação da marca -s. Além disso, observa-se que nas instituições públicas, EM, a ocorrência da variante de concordância zero ocorre com mais frequência.

Diversos trabalhos já observaram anteriormente como o grau de escolaridade do falante impacta no fenômeno da concordância de número. Ainda que a comparação tenha sido realizada entre estudantes que estão no mesmo nível de escolaridade, no Nível Fundamental II, pode-se inferir que se os falantes receberem instrução sobre a regra padrão de número por mais tempo, maior será a chance de aplicá-la. Dessa forma, pode-se considerar que a variante zero é mais recorrente na forma vernacular na fala de alguns indivíduos, enquanto a variante -s de plural, por meio da normatização escolar, se introduz como parte da norma desses falantes.

Os alunos do Ensino Fundamental, nessa fase de aprendizagem, ainda precisam escrever redações e textos diversos como forma de avaliação, aplicando as regras de concordância na escrita regularmente, além de receberem a correção do professor, que aponta seus desvios gramaticais. A correção do professor se aplica como forma de contribuição para reiteração da aplicação da norma padrão.

5.4.2 SEXO

Objetiva-se verificar, por meio dessa variável social, a presença ou a ausência de relação entre o sexo do aluno quem redigiu o texto e a aplicação, assim como o apagamento, da norma padrão de concordância. Na literatura de estudos sociolinguísticos, é recorrente a constatação de que falantes do sexo feminino tendem mais à aplicação das variantes padrão do que os do sexo masculino (Labov, 1990; Scherre, 1996).

Tabela 10 - Variável Sexo – variante zero

Sexo	Ocorrência %	PR	Logodds
Feminino	23/419 = 6	.65	856
Masculino	31/408 = 1	.76	918
TOTAL	54/827 = 7%		
<i>p-value</i>	1 ⁻⁰⁶		
<i>Input</i>	0.003		

É possível ver na tabela que o valor de *p-value* está abaixo de 0.05 (1⁻⁰⁶), comprovando a importância dessa variável para a aplicação da variante zero. Verificando-se as variantes relacionadas ao sexo, percebe-se que as duas variantes, com PR de .65 e .76 e logodds 0.856 e .918, favorecem a variante zero, demonstrando um desfavorecimento em relação à aplicação da marca de número padrão. O sexo feminino foi o que mais favoreceu a aplicação da variante padrão, enquanto o sexo masculino favoreceu mais o uso da variante zero.

5.4.3 NATUREZA DA INSTITUIÇÃO

A terceira variável não linguística selecionada pelo programa também é uma variável social, a natureza da instituição. Nesta pesquisa, buscou-se averiguar se o tipo de instituição representa algum fator condicionante para a aplicação da variante zero. Observando-se a Tabela 11 a seguir, o grupo de fator natureza da instituição foi significativo para esta pesquisa, revelando um valor de *p-value* abaixo de 0.05 (4.59⁻¹¹, elevado a menos onze) e, dessa forma, consideramos que esse fator é relevante para o fenômeno da concordância em análise.

Tabela 11 - Variável Nível de escolaridade – variante zero

Natureza da instituição	Ocorrência %	PR	Logodds
Instituição pública	22/373 = 6	.78	1156
Instituição privada	5/454 = 1	.26	- 1139
TOTAL	27/827 = 3%		
<i>p-value</i>	4.59 ⁻¹¹		
<i>Input</i>	0.003		

Observando os resultados, verifica-se que a variante instituição pública apresentou valor de *logodds* positivo (1.156) e um PR de .78, apresentando-se como um fator condicionante para o uso da variante zero. Ademais, a variante instituição privada apresentou um PR de .26 e valor de *logodds* negativo (-1.139), apresentando-se como um fator que condiciona a concordância padrão.

Torna-se relevante destacar que o resultado observado não representa que o ensino privado é superior ao ensino público, já que ele simboliza a influência social de classes socioeconômicas mais elevadas em relação à regra de concordância, não sendo esse um julgamento depreciativo sobre o ensino público. Até porque parte das desigualdades percebidas entre essas instituições são devido ao público de cada escola. Os alunos de escolas particulares têm mais acesso à cultura letrada, já que a maioria têm pais com no mínimo graduação, enquanto alunos de escolas públicas, por diversas vezes, apenas conhecem as letras quando chegam na escola. Ainda, a variante zero pode ser uma marca coletiva usual nas comunidades onde os alunos estão cotidianamente, sendo uma variante autêntica e reconhecida por eles.

Os dados averiguados apresentam um favorecimento da instituição pública para ausência da marca formal de número, mas, em contrapartida, mostram que a instituição tem influenciado no uso da variante prestigiada e efetuado seu papel de preservar a norma culta, sendo o local que possibilita que seus alunos tenham contato com normas pouco usuais por eles. Observando a porcentagem de não concordância da variante instituição pública, nota-se um índice baixo da variante zero por meio do resultado de somente 6% de ausência de concordância padrão na escrita.

É válido ressaltar que o fenômeno nessa análise foi observado considerando a escrita formal (redações solicitados pelos professores). Uma proposta proveitosa seria que esse resultado fosse comparado com a oralidade ou ainda mesmo com a escrita informal para que se abra oportunidade de debate sobre a língua portuguesa estar caminhando para aplicação da regra de concordância ou se é o contrário.

5.4.4 LOCALIDADE DAS ESCOLAS

Considerando a localidade, esta pesquisa analisou a produção escrita de alunos que residem e estudam em determinadas áreas da cidade de Belo Horizonte. Para esta pesquisa, duas regiões de Belo Horizonte foram comparadas conforme sua formação histórica e cultural, são elas: Centro-Sul, Norte e Pampulha. Essas regiões foram escolhidas considerando-se as diferenças que apresentam entre si em referência às características socioeconômicas, possibilitando a comparação entre diferentes áreas, com particularizações para cada região. O registro dessas características é relevante para estudos que buscam relacionar, e também comparar, resultados linguísticos a objetos de ordem social.

A variável localidade considera a região – e os bairros – em que estão localizadas as escolas onde estudam os alunos que redigiram as redações analisadas. A cidade de Belo Horizonte é dividida em nove regiões (Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova), contudo, para este estudo, apenas três dessas regiões foram contempladas, por serem as áreas com mais variações entre si, especialmente no que se refere a questões socioeconômicas.

Foram consideradas as regiões Centro-Sul, Norte e Pampulha. Após analisar o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)³, disponibilizado pela prefeitura de Belo Horizonte, formulou-se a hipótese inicial de que a região Centro-Sul seria a região que favoreceria a aplicação da regra padrão de concordância e a Norte e a Pampulha, que a desfavoreceriam, considerando as características socioeconômicas das regiões.

Na região Norte, foi contemplada uma escola pública do bairro Heliópolis, com IVS 0,59; na região Pampulha, duas escolas, uma pública e uma particular, nos bairros Santa Mônica (IVS 0,57) e Itapoã (0,37); e na região Centro-Sul, uma escola particular no bairro Lourdes, com IVS 0,12. Conforme critérios definidos pela prefeitura de Belo Horizonte – qualificação profissional, geração de renda etc. –, quanto maior o IVS, maior a vulnerabilidade social do bairro.

³ Disponível em:

<http://www.pbh.gov.br/smpl/PUB_P002/Mapa%20da%20Exclusao%20Social%20de%20BH_%20Re vista%20Planejar%208.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Tabela 12 - Variável Localidade das escolas – variante zero

Localidade das escolas	Ocorrência %	PR	Logodds
Lourdes (Centro-Sul)	1/126 = 1	.24	- 0.1014
Heliópolis (Norte)	7/192 = 4	.71	0.786
Santa Mônica (Pampulha)	5/278 = 2	.53	- 0.540
Itapoã (Pampulha)	10/181 = 6	.75	0.910
TOTAL	23/827 = 3%		
<i>p-value</i>	1 ⁻⁸ (1e-08)		
<i>Input</i>	0.003		

Observando-se a tabela, pode-se observar que o resultado de *p-value* está abaixo de 0.05 (1⁻⁸), o que indica a relevância dessa variável para o uso da variante zero.

Analisando as variantes relacionadas às localidades, confere-se que a escola na região Centro-Sul foi a que registrou o menor PR (.24) e *logodds* negativo (-1.014); outra escola, também particular, localizada na região Pampulha, também apresentou *logodds* negativo (-0.540) e PR .53, logo, essas localidades favorecem a aplicação de concordância padrão. Já as escolas públicas localizadas na região Norte e na região Pampulha apresentaram *logodds* negativos, o que demonstra um favorecimento em relação à ausência da marca formal de número.

Portanto, pode-se relacionar a localidade e o nível socioeconômico das regiões em que as instituições de ensino estão inseridas com a apropriação e o emprego da norma padrão, no que concerne à concordância verbal e nominal.

6 CONCLUSÕES

O principal objetivo dessa pesquisa era realizar a análise da ausência de concordância verbal e nominal nas escolas públicas e particulares de Belo Horizonte, partindo dos dados coletados em redações produzidas em sala de aula. Resgatam-se neste capítulo, de forma sintetizada, os resultados dessa análise, procurando ressaltar os fatores que propiciam ou que limitam a ausência de concordância, conceituada como variante linguística.

Das redações coletadas, 320 no total, considerando hipóteses específicas relacionadas a fatores linguísticos e não linguísticos, foram encontrados 827 dados de desvio da norma padrão de concordância, que, depois de serem analisados qualitativamente, foram submetidos a uma análise quantitativa por meio do programa Rbrul.

Com base nos resultados obtidos, possibilitou-se conjecturar que, uma pesquisa variacionista, buscando colher números mais concretos, deve analisar meticulosamente a influência do indivíduo nos resultados registrados. Além do mais, deve-se considerar que as características sociais individuais podem estabelecer a variação linguística observada no português brasileiro. Dessa forma, seria vantajoso que pesquisas futuras se direcionassem para uma análise mais acurada da influência individual sobre o fenômeno da concordância aqui averiguado.

Considerando a variável linguística Posição linear e relativa no sintagma nominal, destacou-se o fato de a análise ter confirmado a afirmação de Scherre (1988) de que termos pospostos ao núcleo desfavorecem a marca padrão de número, pois percebeu-se que o elemento mais à direita favoreceu o cancelamento da marca -s, enquanto os termos mais à esquerda favoreceram a regra padrão de número. No caso da concordância verbal, verificou-se que na análise das variantes Sujeito à esquerda mais próximo ao verbo e Sujeito zero distante do verbo, houve favorecimento para a concordância verbal, comprovando a hipótese de que a concordância verbal ocorre com mais frequência quando o sujeito está nessa posição.

A variável Tipologia textual mostrou que as tipologias argumentativa, expositiva, narrativa e descritiva favoreceram o uso da variante zero, não havendo, portanto, um tipo textual em que predomine a variante zero ou a variante padrão.

No campo dos fatores não linguísticos, em que foram considerados o nível de escolaridade, o sexo, a natureza da instituição e a localidade das escolas, a primeira variável analisada foi a escolaridade. Conferiu-se que, conforme pesquisas que já apresentaram a relação entre o fenômeno da concordância de número e o grau de escolaridade do falante, esse trabalho também encontrou resultados que mostram que quanto mais os falantes recebem instrução sobre a regra padrão de número, maior é a chance de usá-la, pois a variante zero foi menos utilizada pelos estudantes de um escolar mais avançado.

Considerando os resultados encontrados em relação à escolaridade, não pode-se inferir que o aumento do nível de escolaridade influa na direção de mudanças do comportamento linguístico dos falantes para que seja mais frequente a aplicação de marcas de concordância. O que deve se ponderar é a necessidade de se ressaltar e discutir como o nível de escolaridade pode ser um importante fator para que o indivíduo tenha uma atuação mais próxima da norma culta.

Analisando ainda os aspectos de nível de escolaridade, Vieira (1995) e Naro e Scherre (2003) também concluem que, mesmo a escolarização influenciando de alguma forma a aplicação de concordância, o maior grau de escolaridade e aplicação de concordância não são fatores obrigatoriamente coexistentes. Esses autores destacam a indispensabilidade de ponderação sobre a importância dos fatores sociais não convencionais para os processos de variação e mudança, já que parece óbvio que forças sociais tradicionais, como nível de escolaridade, sexo e natureza da instituição, apesar de atuarem na orientação da variação e da mudança linguística, não são suficientes para dar conta do entendimento da dimensão social que envolve a variação da concordância no português.

Considerando a variável social Sexo, pretendeu-se averiguar se havia relação entre o gênero/sexo do produtor do texto e a regra de realização ou cancelamento da marca formal de número, o que foi confirmado. É comum na literatura de trabalhos sociolinguísticos a afirmação de que os falantes do gênero/sexo feminino tendem ao uso de variantes mais prestigiadas socialmente do que os falantes do gênero/sexo masculino (Labov, 1994; Scherre, 1996), o que realmente ocorreu.

A terceira variável não linguística analisada pelo Rbrul foi a variável social Natureza da instituição. Nessa análise, foi possível verificar que o tipo de instituição, pública e particular, teve influência para o uso da variante zero. Por meio dos dados, verificou-se que a variante instituição pública mostrou ser um fator condicionante para

o uso da variante zero, enquanto a variante instituição particular revelou-se como um fator que condiciona a concordância padrão. De maneira geral, verifica-se que os fatores de infraestrutura e equipamentos escolares têm forte impacto na proficiência e que são responsáveis por 54% da variabilidade entre escolas (Barbosa, M.E.F.; Fernandes, C., 2001), portanto, esse resultado já era esperado.

Em relação à variável não linguística Localidade das escolas, observou-se que as escolas públicas apresentaram *loggods* positivo, favorecendo a ausência de concordância padrão, e que as escolas particulares apresentaram *loggods* negativo, portanto, essas localidades não favorecem a ausência de concordância padrão. Considerando o IVS, as escolas com maior número desse índice de vulnerabilidade social apresentaram mais favorecimento à ausência de concordância padrão. Dessa forma, pode-se afirmar que a localidade e o nível socioeconômico das regiões em que as escolas estão relacionados com o emprego da norma padrão pelos estudantes. Para uma análise mais acurada, questionários socioeconômicos aplicados nas escolas forneceriam um *corpus* mais completo; devido à pandemia do coronavírus, esses questionários não puderam ser aplicados, já que o contato com os alunos não foi possível, mas sugere-se para pesquisas futuras.

Os dados coletados e a análise realizada nessa pesquisa são evidências de que a língua portuguesa está em mudança, eles demonstram que a forma de aplicação das regras de concordância passou por transformação nos últimos anos e que dados coletados em pesquisas passadas já não corroboram o resultado deste estudo.

Compreendemos que o estudo linguístico de regiões com níveis socioeconômicos distintos, não apenas em Belo Horizonte, como no resto do Brasil, é de muita importância para além da esfera sociolinguística. Compreende-se que a análise sociolinguística configura uma grande colaboração para o conhecimento e para a definição da identidade cultural de falantes que utilizam variantes diferentes das consideradas padrão, que vêm sendo estigmatizados e sofrendo preconceito linguístico. Almejamos que essa pesquisa venha a concorrer de alguma forma para o progresso dos estudos sociolinguísticos no país, uma vez que aponta relações relevantes entre a ausência de concordância e fatores linguísticos e extralinguísticos e, dessa forma, contribuir para a descrição do português brasileiro.

Além disso, defendemos a necessidade de analisar a escola como espaço sociocultural, o que significa percebê-la sob um ponto de vista cultural, analisando-a

mais profundamente, e considerando a proporção do dinamismo, das atividades do dia a dia, que deve levado em conta por todos, seja enquanto sociedade ou escola.

7 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO

Conforme análise apresentada nessa pesquisa, observou-se que os resultados da utilização da norma variante padrão entre escola pública e particular são consideráveis, sendo que alunos da escola particular a usam com maior frequência. Mas nota-se que apesar de haver discrepância, ela não é tão grande como esperava-se inicialmente. Isso porque, nos últimos anos, o desempenho escolar tem caído também nas escolas privadas. Na tabela a seguir, pode-se ver os desempenhos da 8ª série (nomenclatura desatualizada) de Língua Portuguesa em escolas públicas e particulares, no Brasil.

Tabela 13 - Médias de proficiência em Língua Portuguesa (8ª série EF)

Regiões/Estados	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil-Público Estadual	252,4	-8,5	-17,4	2,1	-1,9	-0,1 (226,6)
Brasil-Público Municipal	249,7	-5,7	-13,6	-1,5	-5,8	-0,5 (222,5)
Brasil-Particular	284,2	2,4	-16,0	11,4	-3,7	-2,8 (275,5)
Norte-Público Estadual	234,0	3,8	-14,4	1,7	-3,1	1,0 (223,0)
Norte-Público Municipal	229,5	10,1	-17,0	4,1	-7,2	-0,7 (218,8)
Norte-Particular	274,2	-5,8	-12,0	15,5	-4,5	-2,0 (265,5)
Nordeste-Público Estadual	226,3	9,5	-16,2	-3,2	1,7	-2,2 (215,9)
Nordeste-Público Municipal	219,5	5,5	-9,8	-2,9	0,7	-3,6 (209,4)
Nordeste-Particular	261,4	16,3	-20,8	11,0	3,4	-5,6 (265,7)
Sudeste-Público Estadual	262,8	-19,7	-16,6	4,9	-4,1	2,5 (229,8)
Sudeste-Público Municipal	263,4	-11,9	-14,2	0,1	-8,0	1,5 (231,3)
Sudeste-Particular	294,9	-2,8	-13,8	11,7	-6,2	-2,3 (281,5)
Sul-Público Estadual	256,8	-2,2	-21,5	6,6	-1,8	-6,0 (231,9)
Sul-Público Municipal	269,3	-8,2	-15,7	3,9	-9,9	0,5 (239,9)
Sul-Particular	291,7	1,8	-16,2	9,0	-9,5	5,7 (282,5)
Centro-O.-Público Estadual	250,8	-0,4	-18,8	-0,4	-2,1	-1,2 (227,9)
Centro-O.-Público Municipal	272,4	-30,6	-13,4	5,9	-6,8	-0,4 (227,0)
Centro-Oeste-Particular	279,9	8,5	-18,0	10,3	-3,9	-10,0 (266,8)

LP = Língua Portuguesa. EF = Ensino Fundamental.

Fonte: Inep (2007).

Fonte: DEMO, Pedro, 2007.

Como hipótese para essa queda de desempenho, aponta-se para o instrucionismo, que está presente na maioria das escolas, sejam elas públicas ou particulares, embora as privadas façam uso de algumas outras ferramentas.

Apresentamos aqui como reflexão o fato de novidades na área da tecnologia estarem cada dia mais presentes em nosso cotidiano e, com isso, ocorrer o crescimento do desafio pedagógico de compreender como absorver esse conhecimento, integrando essas tecnologias às ferramentas de aprendizagem e, por conseguinte, à produção de conhecimento.

Dessa forma, gostaríamos de propor uma reflexão considerando o construcionismo e o instrucionismo como linhas pedagógicas para a aplicação e o progresso de ferramentas tecnológicas na aprendizagem em sala de aula. A questão que se pretende levantar aqui é de que forma as teorias da aprendizagem podem se relacionar às novas metodologias de ensino e às ferramentas tecnológicas para proporcionar aprendizagem. Para realizar a conciliação da aprendizagem com ferramentas não tradicionais, é necessário que o professor tenha domínio das teorias de aprendizagem a serem aplicadas, buscando incentivar a participação ativa em sala de aula, sempre buscando relacionar a interação com a aquisição de conhecimento.

Os dados da tabela a seguir mostram o quanto o instrucionismo pode ser pouco benéfico para a aprendizagem dos alunos.

Tabela 14 - Média de proficiência em Língua Portuguesa

	Anos	1995	1997	1999	2001	2003	2005
LP	4º série EF	188,3	-1.8	-15.8	-5.6	4.3	2.9 (172,3)
	8º série EF	256,1	-6.1	-17.1	2.3	-3.2	-0.1 (231,9)
	3º série EM	290,0	-6.1	-17.3	-4.3	4.4	-9.1 (257,6)

Fonte: DEMO, Pedro, 2007.

A crítica aos processos tradicionais de aprendizagem, que se baseiam no instrucionismo, é a de o aluno receber a instrução do professor para apenas depois criar abstrações, o que muitas vezes, considerando a aprendizagem de gramática, não ocorre, já que o aluno apenas “memoriza” as regras. O construcionismo considera que:

O ideal é a criança criar abstrações (no computador, por exemplo) para entender melhor o ensino formal (de matemática, por exemplo). Dessa forma, a criança pode fazer cálculos aritméticos, como o exemplo da utilização de tartarugas no ambiente da linguagem de programação. Logo, e depois entender as contas que se faz no papel ou quadro negro da escola. [...] números, sinais de somar, dividir, multiplicar, traços e outros signos que são escritos (para serem aprendidos) no papel ou quadro negro (em uma sala de aula), uma vez ensinados antes de uma experiência prática da criança com a

matemática/aritmética, pode não render os frutos desejados. (SILVEIRA, 2012, p. 123-124)

Vygotsky afirma que com base no pensamento que se constrói na realidade histórico-cultural, ocorre o desenvolvimento humano. Para o autor, “a internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana” (VYGOTSKY, 1991). Conforme o autor, a criança percebe e interioriza as ações realizadas no ambiente que a cerca, isto é, de maneira participativa.

Via de regra, o construcionismo aspira uma aprendizagem em que o ensino seja voltado para que os estudantes busquem as respostas por si. É uma concepção oposta aos modos automáticos operados na escola, que convertem “o professor em um mero técnico, embora este tente resistir, desenvolvendo relacionamentos humanizados, naturais, afetuosos, em sala de aula. Isso coloca o professor em permanente estado de tensão” (SILVEIRA, 2012, p. 130).

Não discute-se aqui a importância do papel da escola na formação do aluno, a escola é sim necessária e não se propõe aqui a sua extinção, mas sim a reavaliação das metodologias de ensino e aprendizagem atuais, em que as exigências e relevância evoluem de forma contínua. Rubem Alves propicia um melhor entendimento da urgência de uma reformulação metodológica:

O que os burocratas pressupõem sem pensar é que os alunos ganham uma boa educação se aprendem os conteúdos dos programas oficiais. E para testar a qualidade da educação se criam mecanismos, provas, avaliações, acrescidos dos novos exames elaborados pelo Ministério da Educação. Mas será mesmo? Será que a aprendizagem dos programas oficiais se identifica com o ideal de uma boa educação? (ALVES, 2009)

Mattar (2013) considera que o conceito de instrucionismo antecedente “ao desenvolvimento das redes sociais e das tecnologias digitais que utilizamos hoje, mostra-se então riquíssimo para fundamentar a aprendizagem em ambientes virtuais”. Vygotsky destaca, então, como o desenvolvimento humano precisa ocorrer de forma livre, porém, de certa forma, também precisa ser mediado e conduzido pelo professor, contando com a cooperação de aluno e professor para a aprendizagem. Portanto, a visão instrucionista não deve ser desconsiderada.

A visão instrucionista teve e continua possuindo espaço dentro do cenário educacional, pois foi a partir da mesma que os computadores se disseminaram dentro do ambiente escolar, conseqüentemente sendo um gatilho para o início de novas possibilidades e reflexões. Destaca-se que a utilização do computador num cenário de aprendizagem pode e precisa exceder a automatização da emissão de conteúdos estabelecidos, pois os ambientes educacionais precisam de recursos que incentivem a reflexão crítica e a expressão de ideias de maneira individual e coletiva. Não se trata de desconsiderar a instrução, mas, que sozinha é insuficiente para a realização da construção do conhecimento. (MOREIRA; CAVALCANTE; MEIRELES, 2014, p. 325)

Verifica-se, portanto, que existem vínculos que mantêm os professores ligados às formas de ensino tradicionais e que os mantêm afastados das novas metodologias e das requisições dos alunos atuais. Pensando nas tecnologias da informação, no caso das instituições públicas de ensino, a aplicação destas em sala de aula se torna significativa porque, para esses alunos, principalmente, a tecnologia não é presente de forma marcante nos estudos e em casa, e o apoio pedagógico necessário para que sejam beneficiados do uso dessa ferramenta, é defasado.

Quando não há computador nos lares destes países periféricos, os pais deixam os infantes em lan houses, vendo toda sorte de games e sites inadequados à sua formação (intelectual, emocional, psicológica etc.), ou trocando informações e fotos (e-mail, MSN, Orkut, facebook etc.) com sabe lá quem. Em ambos os ambientes (casa e lan houses), a criança não tem uma orientação pedagógica necessária para usufruir satisfatoriamente dos computadores. (SILVEIRA, 2012, p. 136)

Há, portanto, a necessidade de elaboração de projetos pedagógicos conscientes da necessidade de se incluir novas metodologias e de observações sobre a conexão entre ensino e aprendizagem empregando ferramentas tecnológicas, e compreendendo que elas podem contribuir para a construção do conhecimento dos estudantes.

Considerando as linhas de aprendizagem construcionista e instrucionista, assim como as ferramentas tecnológicas, observa-se o destaque para a autonomia do aluno no processo de aprendizagem, estando o professor em um papel de mediador. Embora a proposta desse capítulo seja a de reflexão sobre as mudanças nesse processo, compreende-se que a escola é essencial nesse progresso, mas que sua função deveria evoluir da tradicional prescrição de conteúdos e cobrança de aquisição de conhecimento para a promoção da participação ativa do aluno na aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. S. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 2001.
- ALVES, R. **Por uma Educação romântica**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2009. p. 29-32.
- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BACCEGA, M. A. **Concordância Verbal**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BAGNO, M. **A norma oculta: Língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BARBOSA, M. E. F.; FERNANDES, C.. **A escola brasileira faz diferença? Uma investigação dos efeitos da escola na proficiência em Matemática dos alunos da 4ª série**. In C. Franco (org). *Promoção, ciclos e avaliação educacional*. Curitiba: ArtMed: Curitiba, 2001.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2014.
- CALLOU, D. M. I. **Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, PROED/UFRJ, 1987.
- CHEVROT, Jean-Pierre; NARDY, A.; BARBU, S. **The acquisition of sociolinguistic variation: Looking back and thinking ahead**. De Gruyter Mouton, 2013, 51 (2), p. 255-284.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, C; CINTRA, L. **O tempo nos verbos do português**. São Paulo: Parábola. 1985.
- DEMO, P. **Escola pública e escola particular: semelhanças de dois imbróglis educacionais**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. vol.15 n.55 Rio de Janeiro Apr./June 2007.
- ECKERT, P. **Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation**. Annual Review of Anthropology, Palo Alto, n.41, p. 87-100, 2012.
- FREITAG, R. M. K. Sociolinguística no/do Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 58, n. 3, p. 445-460, 2016.
- FGV. **Introdução à Linguística Funcional**. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 2008.
- GERALDI, J. W. **Concepções de Linguagem e Ensino de Português**. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. (Org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997, p. 39-56.

- LABOV, W.; SHUY, R. W. 1965. Stages in the acquisition of Standard English. In SHUY, Roger Shuy, Alva Davis; Robert Hogan (eds.), **Social Dialects and Language Learning**. p. 77-104. Champaign, IL: National Council of Teachers of English.
- LABOV, W. The study of language in its social context. In: **Sociolinguistic Patterns**. 3 ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1975.
- LABOV, W. **Principles of Linguistic change**: internal factors. Cambridge: Blackwell, 1994.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LEMLE, M.; NARO, A. J. **Competências básicas do português**. Rio de Janeiro: Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro (MOBRAL) e Fundação Ford, 1977.
- LIMA, R. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 47. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- LUCCHESI, D. **A Teoria da Variação Linguística**: um balanço crítico. Estudos Linguísticos, São Paulo, 41(2). p. 793-805, maio-ago 2012.
- MARIANO, M. P. **O fenômeno da concordância nominal em redações escolares**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- MARROQUIM, M. **A língua do Nordeste** (Alagoas e Pernambuco). 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- MATTAR, J. **Aprendizagem em ambientes virtuais**: teorias, conectivismo e MOOCs. Teccogs, n. 7, p. 21-40, 2013.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Ltda, 1975.
- MELO, G. C. **Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto: 2003.
- MOREIRA, L. R.; CAVALCANTE, F. L.; MEIRELES, A. M. R.. **Tecnologias educacionais**: um cenário para uma prática pedagógica inovadora. Revista Expressão Católica, Quixadá, v. 3, n.1, p. 319-337, 2014.
- MOTTA, Erimita C. M. **Escolarização e variação linguística**. Instituto de Estudos Linguísticos, UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.
- NARO, A. J. **The social and structural dimensions of a syntactic change**. Language LSA, v. 5, n. 1, p. 63-98, 1981.
- NARO, A. J. Estabilidade e Mudança Lingüística em tempo real: a concordância de número. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (org) **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- NETO, S. da S. **Introdução ao estudo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Presença Edições, 1976.

- NICOLAU, E. **A ausência de concordância verbal em Português**: uma abordagem sociolinguística. 1984. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- OLIVEIRA, H. F. de. **O ensino de concordância**: algumas sugestões. Rev ABRAFIL n. 8. p. 63-75, 2011.
- OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade**: produção e percepção linguística na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) FAPESP/Processo 2011/09122-6, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Editora ALB: Mercado de Letras, 1997.
- POSSENTI, S. Sobre o ensino de português na escola. In: GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2001.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 44 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- ROCHA, M. L. **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto: 2011.
- SANTOS, R. L. de A. **A concordância verbal na fala de menores carentes que vivem em entidades filantrópicas de Maceió**. Dissertação (mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2010.
- SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português**. Tese de Doutorado em Linguística. UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.
- SCHERRE, M. M. P. **Doa-se Lindos Filhotes de Poodle**: Variação Linguística, Mídia e Preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J.; CARDOSO, C. R. **O Papel do Tipo de Verbo na Concordância Verbal no Português Brasileiro**. DELTA, v. 23, n. spe. São Paulo, 2007.
- SCHERRE, M. M. P. **Sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal**. In: SCHERRE, M. M. P.; SILVA, G. M. (orgs.). Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Depto. de Linguística e Filologia, UFRJ, 1996.
- SILVA, G. M. de O.; VOTRE, S. J. **Estudos sociolingüísticos no Rio de Janeiro**. DELTA, 1991, 7. (1). p. 357-76.
- SILVA, J. A. A. da. **A concordância verbal no português afro-brasileiro**: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras - UFBA, Salvador. 2003.
- SILVEIRA, J. A. **Construcionismo e inovação pedagógica**: uma visão crítica das concepções de Papert sobre o uso da tecnologia computacional na aprendizagem da criança. Revista Themis, Revista da ESMEC, Fortaleza, Escola Superior da Magistratura do Ceará, v. 10, p. 119- 138, 2012.
- SOARES, M. **Letramento e Escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004.

- TONDO, N. V. **Sintaxe e semântica da concordância verbal**. Porto Alegre: Sulina, 1978.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.
- TEIXEIRA, J. A. **O falar mineiro**. Sep. Revista do Arquivo Municipal. v. 45. São Paulo, 1938.
- TEIXEIRA, J. A. **Linguagem de Goiás**. v. 2. São Paulo: Anchieta, 1944.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- TRUDGILL, P. Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich. In Barrie Thorne; Nancy Henley (eds.), **Language and sex**: Difference and dominance, 88-104. Rowley, MA: Newbury House. 1975.
- VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de Gramática**: descrição e uso. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- VIEIRA, S. R. **Concordância verbal**: variação em dialetos populares do Norte fluminense. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WEINREICH, U., LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language. In LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (eds). **Directions for Historical Linguistics**, Austin & London: University of Texas Press. p. 99-188. 1968.